

E-BOOK

# IBAMA 2022

ANALISTA AMBIENTAL TEMA 3

PROVA COMENTADA

Olá, pessoal!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book da prova comentada do concurso do IBAMA de 2022 para o cargo de Analista Ambiental - Tema 3. Para que vocês possam estar muito bem preparados para esse concurso, nossos melhores professores resolveram a prova, explicando-a com cuidado e de forma detalhada!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que vocês resolvam diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-los mais perto de sua aprovação.

Aproveitem muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos



Texto CB2A1-I

Assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o ser humano e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. É por isso que as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é frequentemente outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização.

Esse processo é, também, o que comanda as migrações, que são, por si sós, processos de desterritorialização e, paralelamente, processos de desculturização. O novo ambiente opera como uma espécie de denotador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando paralelamente territorialidade e cultura, e mudando o ser humano.

Milton Santos. **O espaço do Cidadão**. 7.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020, p. 81-83 (com adaptações).

**Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto CB2A1-I, julgue os seguintes itens.**

**1 A relação da cultura com a cidadania e a territorialidade constitui a ideia central do texto, que é predominantemente argumentativo.**

## Comentários:

Além do fato de ser questionável que o texto seja predominantemente argumentativo, a afirmação de que a relação da cultura com a cidadania e a territorialidade constitui a ideia central do texto é questionável. Apesar de essas relações serem mencionadas, o foco principal do texto é outro. O cerne da argumentação reside na cultura e na territorialidade, além da noção de desterritorialização, que leva ao estranhamento e à desculturização. Certamente, esses problemas levaram à anulação do item.

**Gabarito: anulado.**

2 O segundo período do primeiro parágrafo apresenta um argumento a favor da afirmação de que cultura e territorialidade são sinônimos.

## Comentários:

---

Segundo o texto, a cultura é uma forma de comunicação entre o indivíduo, o grupo e o ambiente em que ele vive (universo), sendo ao mesmo tempo herança, processo de adaptação e aprendizado em relação ao meio. Desse modo, a cultura liga-se ao ambiente, reforçando o sentido de pertencimento e tornando-se uma extensão da territorialidade, o que evidencia a proximidade entre esses conceitos.

**Gabarito: certo.**

3 Os sentidos do segundo período do primeiro parágrafo seriam alterados, embora sua correção gramatical fosse mantida, caso o segmento “forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo” fosse deslocado para o início do período, reescrevendo-se o trecho “A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é herança” da seguinte maneira: Forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, a cultura é herança.

## Comentários:

---

Observe a comparação entre os dois trechos analisados pela banca:

Trecho original: *a cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é herança.*

Trecho reescrito: *forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, a cultura é herança.*

Nesse caso, houve o deslocamento do apostro para o início da frase, o que não compromete o sentido do texto original, como a banca havia afirmado. Observe isso com outro exemplo:

*O verão, estação do ano mais lucrativa para o turismo, começa amanhã.*

*Estação do ano mais lucrativa para o turismo, o verão começa amanhã.*

Perceba que o simples deslocamento do apostro para o início da frase foi insuficiente para se dizer que o sentido foi alterado.

**Gabarito: errado.**

**4 Os sentidos do texto permitem afirmar que o termo “desculturização” foi empregado com o sentido de aculturação.**

## Comentários:

---

No contexto do texto, o neologismo 'desculturização' possui o prefixo 'des-', que indica a ideia de perda, negação ou privação. Esse prefixo sugere que o indivíduo, ao migrar e se afastar de seu ambiente cultural, perde ou desliga-se de aspectos de sua cultura original.

Essa questão gerou polêmica, pois o termo 'aculturação' significa aproximação ou adição, implicando um processo de adaptação e incorporação de elementos culturais novos.

Contudo, no texto, é possível perceber que o fenômeno da 'desculturização' abre as portas para a 'aculturação'.

**Gabarito: errado.**

**5 O emprego da expressão “É (...) que”, no quarto período do primeiro parágrafo, enfatiza que as migrações agridem o indivíduo pelas razões expressas no segundo e no terceiro período desse mesmo parágrafo, e não por outras quaisquer.**

## Comentários:

---

*É por isso que as migrações agridem o indivíduo...*

Nessa expressão, a dupla 'é... que' foi empregada como expressão expletiva (ou de realce), cuja retirada não provoca prejuízo ao texto. Observe:

*Por isso, as migrações agridem o indivíduo...*

Nesse caso, pode-se seguramente afirmar que tal emprego teve mero papel de realçar ou enfatizar o fato de as migrações agredirem o indivíduo.

**Gabarito: certo.**

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CB2A1-I, julgue os itens que se seguem.

6 Seria mantida a coerência do texto se a oração “Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais” (terceiro período do primeiro parágrafo) fosse substituída tanto por Por incluir o processo produtivo e as práticas sociais quanto por Como inclui o processo produtivo e as práticas sociais.

## Comentários:

---

As três expressões citadas na questão estão totalmente corretas e apresentam o mesmo valor semântico: o de causa.

Observe:

Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. → **Oração subordinada adverbial causal reduzida de gerúndio** (pelo fato de incluir o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá...).

Por incluir o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. → **Oração subordinada adverbial causal reduzida de infinitivo** (pelo fato de incluir o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá...).

Como inclui o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. → **Oração subordinada adverbial causal desenvolvida**, com o emprego da conjunção causal COMO (pelo fato de incluir o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá...).

Por esse motivo, o item está muito certo. Excelente questão, família.

**Gabarito: certo.**

7 Em “roubando-lhe parte do ser” (quarto período do primeiro parágrafo), a forma pronominal “lhe” transmite ideia de posse, indicando que as migrações roubam parte do ser dos indivíduos.

## Comentários:

---

Exatamente, o pronome oblíquo átono foi usado com valor/sentido possessivo: roubando parte do ser DELE (do indivíduo).

**Gabarito: certo.**

8 Em “a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento” (terceiro período do primeiro parágrafo), a substituição de “do qual” por de que prejudicaria a correção gramatical do texto.

## Comentários:

---

Na oração “a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento”, o pronome relativo “do qual” foi empregado para indicar uma relação de posse entre o “grupo” e o “cimento”. Essa escolha é gramaticalmente adequada, já que o pronome relativo “do qual” expressa, no contexto, que o cimento (a cultura) pertence ao grupo.

A proposta de substituição por “de que” geraria uma construção que não se enquadra perfeitamente no contexto semântico e gramatical. Isso ocorre porque “de que” não é empregado para indicar posse, mas para complementar termos que exigem a preposição “de”. O uso de “de que” na frase poderia ser interpretado como gramaticalmente aceitável em certos contextos mais flexíveis, mas seria estilisticamente inadequado e alteraria o tom formal do texto.

A anulação da questão provavelmente reflete a dificuldade em definir com precisão a inadequação do uso de “de que”. Enquanto “do qual” é a melhor escolha dentro da formalidade exigida, a substituição sugerida pode ter gerado divergências de interpretação, especialmente por não ser completamente “errada” sob um ponto de vista puramente técnico, embora claramente inferior em termos de clareza e adequação estilística. Esses fatores de ambiguidade podem ter levado a banca a optar pela anulação.

**Gabarito: anulado.**

9 A oração “o que comanda as migrações” (segundo parágrafo) está empregada entre vírgulas porque tem caráter explicativo.

## Comentários:

---

Tecnicamente, não está “isolada” entre vírgulas. As vírgulas derivam de outros termos.

*“Esse processo é, também, o que comanda as migrações, que são (...)”*

A primeira vírgula faz parte do par que isola o advérbio “também” (aliás, essas vírgulas são facultativas, porque “também” é um adjunto adverbial de curta extensão).

A segunda vírgula marca a oração adjetiva explicativa, antes do relativo “que”.

**Gabarito: errado.**

**10 A inserção de uma vírgula logo após “Assim”, no início do primeiro parágrafo, manteria a correção gramatical e a coerência do texto.**

## Comentários:

---

“Assim como” é uma locução comparativa, não pode ser “fatiada” por vírgula.

A vírgula teria ainda outro efeito, faria parecer que “assim” é uma conjunção conclusiva e “como” é uma conjunção causal.

*Assim, como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos...*

**Gabarito: errado.**

**No que se refere à tecnologia da informação, julgue os próximos itens.**

**11 Bancos de dados do modelo NoSQL são considerados orientados a objetos, pois armazenam os dados em formatos distintos dos utilizados em bancos de dados relacionais.**

## Comentários:

---

Rigorosamente, o escopo de bancos de dados no modelo NoSQL é maior do que o de bancos de dados orientados a objetos puramente considerados, justamente pela variedade de possibilidades de armazenamento, incluindo formatos alheios à orientação a objetos.

É um reducionismo considerar bancos de dados NoSQL como orientados a objetos, já que a unidade de armazenamento de bancos de dados orientados a objetos é mais estritamente objetos considerados como um agrupamento de atributos e comportamentos, mas o Cebraspe costuma tomar liberdade de realizar tal tipo de afirmação mais solta.

Ainda, formatos distintos dos utilizados em bancos de dados relacionais não necessariamente são objetos.

**Gabarito: certo.**

**12 O Microsoft Office 365 utiliza IaaS (infrastructure as a service), apresentando ao usuário uma interface web sem lhe mostrar a infraestrutura utilizada.**

## Comentários:

Apesar da redação do enunciado, o Microsoft Office 365 é um exemplo de SaaS (*Software as a Service*), não de IaaS (*Infrastructure as a Service*), de modo que o item está errado.

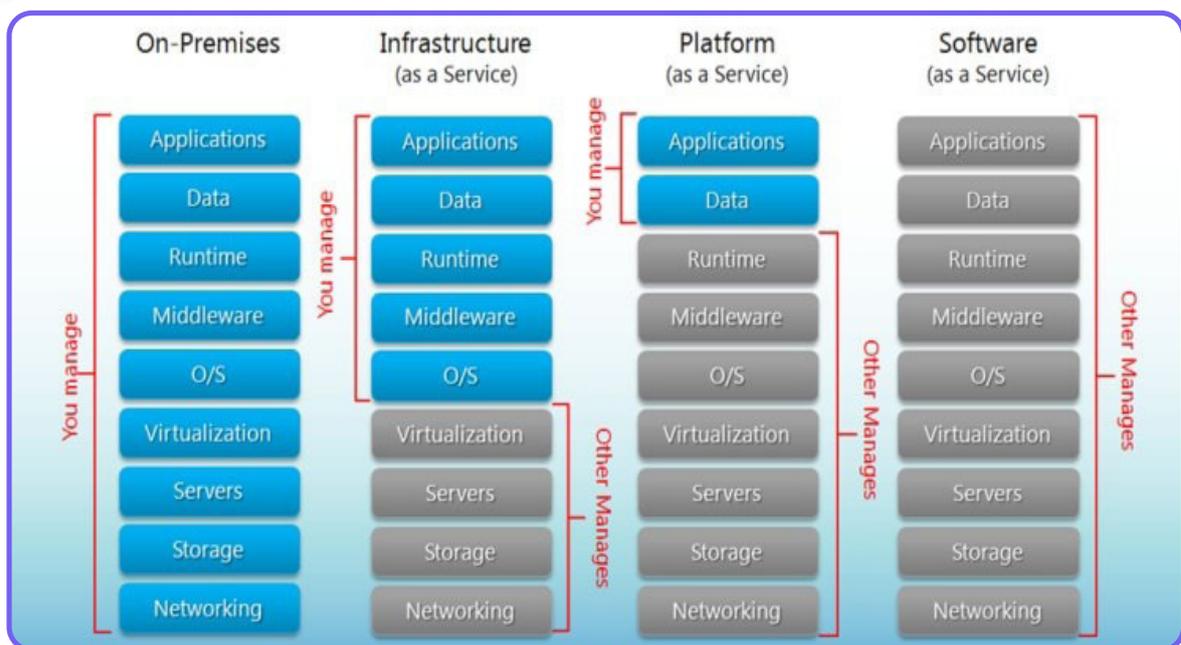
Em termos de conteúdo, a questão aborda os **modelos de serviço de nuvem**, cujos principais exemplos são **IaaS (Infrastructure as a Service)**, **PaaS (Platform as a Service)** e **SaaS (Software as a Service)**, que se diferenciam na divisão da tarefa de gerenciamento de diferentes recursos.

No IaaS, o provedor é responsável por gerenciar os recursos relativos à infraestrutura física, enquanto o cliente fica responsável por gerenciar o sistema operacional, ambiente de desenvolvimento e aplicações, em linhas gerais. O IaaS serve de base para o PaaS.

No PaaS, o provedor é responsável por gerenciar os recursos gerenciados no IaaS e, adicionalmente, é também responsável por gerenciar o sistema operacional e ambiente de desenvolvimento, de modo que o cliente fica responsável apenas por gerenciar a aplicação, em linhas gerais. O PaaS serve de base para o SaaS.

No SaaS, o provedor fica responsável por gerenciar todos os recursos gerenciados no IaaS e PaaS, ficando também responsável por gerenciar a aplicação em si, de modo que o cliente apenas utiliza a aplicação em nuvem. É o caso do Microsoft Office 365, que se trata de um conjunto de aplicações já prontas, que podem ser acessadas para a realização de diversas tarefas.

Segue abaixo uma imagem mostrando a divisão de responsabilidades de acordo com o modelo de serviço de nuvem:



**Gabarito: errado.**

**13 Em uma planilha Excel, a divisão de qualquer número por ZERO apresentará o erro #VALOR!, o que indica que um dos operandos está inválido.**

## Comentários:

---

O erro exibido seria #DIV/0! ao haver uma divisão por zero, de modo que a questão está errada.

Em relação ao erro #VALOR!, trata-se de um erro genérico para indicar que há algo errado com a fórmula ou com as células referenciadas. Da documentação oficial:

O erro #VALOR! é uma maneira de o Excel informar que *"há algo errado com a forma como sua fórmula foi digitada. Ou há algo errado com as células às quais você está fazendo referência."* Como o erro é muito geral, pode ser difícil encontrar sua causa exata.

**Gabarito: errado.**

**14 Dado com identificação genética ou biométrica de pessoas naturais é definido como dado pessoal sensível pela Lei n.º 13.709/2018.**

## Comentários:

---

O item está de acordo com a definição legal de dado sensível:

Art. 5º(...)

II - Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**15 Segundo a Lei n.º 12.527/2011, pedido de acesso a informações de órgãos e entidades públicos deve ser acompanhado do motivo que levou à solicitação.**

## Comentários:

---

Trata-se de questão que versa sobre Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Candidato, suficiente para a resolução da questão é a leitura do § 3º do art. 10 da Lei em apreço. Segue-se:

Art. 10. (...)

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público. [grifou-se]

Destaquemos, a seguir, o erro da assertiva:

Segundo a Lei n.º 12.527/2011, pedido de acesso a informações de órgãos e entidades públicos ~~deve ser acompanhado do motivo que levou à solicitação.~~

O gabarito é, portanto, errado.

**Gabarito: errado.**

**A respeito da competência constitucional dos entes federativos, julgue os itens a seguir.**

**16 Em razão da essencialidade do direito ambiental, compete privativamente à União fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais nos estados-membros.**

## Comentários:

---

Essa é uma das duas competências materiais comuns da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e está presente no inciso XI do art. 23 da Constituição Federal.

Art. 23.

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**17 Mediante lei ordinária federal, poderão ser fixadas normas para cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios com o objetivo de promover o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.**

## Comentários:

---

Essas normas de cooperação, objetivando o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, deverão ser fixadas em leis complementares de cada ente federado, nos termos do art. 23, parágrafo único, da Constituição Federal.

Art. 23 (...)

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

Acerca da responsabilidade por dano ambiental, julgue os itens subsequentes.

18 Diferentemente da responsabilidade civil ambiental, que é de natureza objetiva, a responsabilidade administrativa ambiental demanda a demonstração de dolo ou culpa do agente poluidor.

## Comentários:

---

A banca foi maldosa ao cobrar a natureza da responsabilidade administrativa, pois trata-se de ponto não pacificado pelos tribunais superiores.

De todo modo, já há alguns anos o STJ entende que, de fato, a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva (REsp 1.401.500/PR e REsp 1.251.697/PR), exigindo o elemento subjetivo de dolo ou culpa do agente poluidor.

2. A insurgente opôs Embargos de Declaração com intuito de provocar a manifestação sobre o fato de que os presentes autos não tratam de responsabilidade ambiental civil, que seria objetiva, mas sim de responsabilidade ambiental administrativa, que exige a demonstração de culpa ante sua natureza subjetiva. Entretanto, não houve manifestação expressa quanto ao pedido da recorrente.

5. Sendo assim, o STJ possui jurisprudência no sentido de que, "tratando-se de responsabilidade administrativa ambiental, o terceiro, proprietário da carga, por não ser o efetivo causador do dano ambiental, responde subjetivamente pela degradação ambiental causada pelo transportador" (AgRg no AREsp 62.584/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Rel. p/ acórdão Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 7.10.2015).

Portanto, lembre-se do posicionamento do Cebraspe quanto a esse tema:

- Responsabilidade Civil Ambiental: objetiva (não exige dolo ou culpa).
- Responsabilidade Administrativa Ambiental: subjetiva.
- Responsabilidade Penal Ambiental: subjetiva.

**Gabarito: certo.**

**19 De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, havendo comprovado dano ambiental por falha de fiscalização, a administração pública responderá, solidariamente com o agente poluidor, na execução do dever de indenizar e de reparar o dano, uma vez que a responsabilidade civil do Estado por omissão é objetiva.**

## Comentários:

---

Segundo a Súmula nº 652 do STJ, a responsabilidade civil da administração pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária:

A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

Desse modo, é errado afirmar que a administração responderá solidariamente na execução.

**Gabarito: errado.**

**A respeito dos princípios fundamentais do direito ambiental previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.**

**20 A participação dos cidadãos na elaboração de normas do direito ambiental e na execução de políticas ambientais é mecanismo de participação direta da sociedade na busca do meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que se respalda no princípio democrático.**

## Comentários:

---

A participação cidadã na elaboração de normas e na execução de políticas ambientais é, de fato, um mecanismo de participação direta da sociedade, conforme o princípio democrático. Esse princípio estabelece que a sociedade deve ter voz ativa e envolvimento nos processos de tomada de decisão e fiscalização de ações que impactem o meio ambiente, contribuindo para um meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito de todos previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 225).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Inclusive, dentro dos Princípios do Direito Ambiental, existe o Princípio da Participação Cidadã. Instrumentos como audiências públicas, consultas populares e os conselhos de meio ambiente são exemplos que materializam essa participação, garantindo que as políticas ambientais contemplem as demandas e preocupações da sociedade.

**Gabarito: certo.**

**Acerca do meio ambiente e dos direitos das populações indígenas, julgue o próximo item.**

**21 O aproveitamento dos recursos hídricos, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados mediante autorização do Senado Federal, ouvidas as comunidades afetadas.**

## Comentários:

Conforme o art. 231, § 3º, da CF/88, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

...

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

Com relação à administração pública e sua organização, julgue os itens a seguir.

**22 O IBAMA é uma fundação pública, serviço autônomo criado por lei, e tem personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.**

## Comentários:

O tema da questão é Administração Indireta, suas entidades, funções e características.

Primeiramente, cumpre esclarecer que as entidades da Administração Indireta são aquelas assim definidas pelo Decreto-Lei 200/1967, fruto da descentralização administrativa, com personalidade jurídica própria e cada qual com suas particularidades. Vejamos o conceito de cada uma, com base no art. 5º do mesmo Decreto-Lei 200/1967:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

IV - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

Uma observação importante é que, embora o Decreto-Lei nº 200/1967 diga que as empresas públicas e sociedades de economia mista podem ser criadas por lei (inc. II e III, supra), a CF/88 estabeleceu que somente a autarquia é criada por lei. As demais entidades da Administração Indireta têm sua criação autorizada por lei. Vejamos:

CF/88, art. 37, XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Após essa breve revisão, julguemos a assertiva.

A Lei nº 7.735/1989 é a norma criadora do IBAMA. Em seu art. 2º, *caput*, ela é expressa ao classificar referida entidade como autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Senão, vejamos:

Art. 2º É criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de: - grifei

Pelo exposto, a assertiva está errada logo em sua primeira parte, pois afirma que o IBAMA é fundação pública, mas na verdade é uma autarquia.

Obs.: percebam que, mesmo que não se soubesse que o IBAMA é uma autarquia, seria possível acertar a questão, pois a banca diz que se trata de uma fundação pública “criada por lei”. Ora, se é fundação pública, não pode ser criada por lei, pois sua criação é apenas autorizada por lei, ou seja, a questão entraria em contradição e estaria errada do mesmo jeito.

**Gabarito: errado.**

**23 Os serviços econômicos são aqueles que, embora classificados como serviços públicos, rendem ensejo a que o prestador aufera lucros oriundos de sua execução, tendo esse tipo de atividade fisionomia similar à daquelas de caráter tipicamente empresarial.**

## Comentários:

---

A questão versa sobre serviços públicos.

Uma das classificações de serviços públicos é aquela que os divide em sociais, econômicos e administrativos:

- **Serviços Administrativos:** a própria Administração Pública presta-os, a fim de atender a suas necessidades internas ou para suporte a outros serviços.
- **Serviços Sociais:** consistem em serviços básicos para a sociedade, como educação, saúde e assistência, previstos pela CF/88 no capítulo Ordem Social.
- **Serviços Econômicos (comerciais ou industriais):** embora sejam considerados serviços públicos, pelo interesse público envolvido e por sua natureza, permitem ao prestador auferir renda ou lucro, na forma de tarifa ou preço público. Podem ser prestados diretamente pela Administração Pública ou por particulares, por meio de concessão, permissão ou autorização.

Feita a exposição, vemos que o conceito trazido pelo enunciado da questão se encaixa na definição de serviços econômicos, supra. Questão correta.

Obs.: a banca utilizou-se da doutrina de José dos Santos Carvalho Filho para produzir a questão, que é a literalidade da definição de serviços econômicos cunhada pelo doutrinador.

**Gabarito: certo.**

**24 Quando da apuração de responsabilidade por infração ambiental administrativa, estará configurada a infração administrativa se a conduta (ação ou omissão) for considerada ilícita, por sua própria natureza, ou gerar um resultado considerado ilícito pela legislação ambiental, ainda que o agente não o tenha visado deliberadamente.**

## Comentários:

---

Essa questão gerou bastante discussão. Na minha opinião, a banca vacilou.

Conforme já vimos em uma questão de conhecimentos básicos, dentro da jurisprudência do STJ, a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, exigindo-se dolo ou culpa.

Quando a questão cita o fato de o agente não visar deliberadamente a infração, está fazendo alusão a uma conduta dolosa, mas ainda há o elemento subjetivo de culpa que poderia ensejar a responsabilização administrativa (ex.: o agente cometeu o ato por imperícia, sem ter o objetivo intencional de o fazer).

Investigando um pouco mais, encontramos a Orientação Jurídica Normativa (OJN) nº 15/2011 do Ibama, que afirma:

“(...) conclui-se que se a conduta (ação ou omissão) é considerada ilícita por sua própria natureza ou gera um resultado considerado ilícito pela legislação ambiental, está configurada a infração administrativa, ainda quando o agente não visou deliberadamente o resultado danoso. Todavia, a comprovação, pelo atuado, do rompimento do nexu causal, ante a existência de excludente de responsabilidade, é capaz de afastar a imputação de sanção ao suposto infrator.”

Note que se trata de redação muito próxima à da questão e comprova o entendimento que o Ibama tinha à época de natureza objetiva da responsabilidade administrativa.

Contudo, o Despacho SN, de 14 de julho de 2022, do Ibama, revisa essa OJN considerando o entendimento mais atual do STJ à época, entendendo como subjetiva a responsabilidade administrativa ambiental. E é justamente por isso que o Cebraspe considerou o item como errado. Porém, conforme já dito, a afirmação solta dessa forma faz parecer que a banca “esqueceu” do elemento subjetivo da culpa, o que gerou dúvida nos alunos.

**Gabarito: errado.**

**25 Para a contratação de obras, serviços e compras, o IBAMA pode adotar a modalidade de licitação denominada diálogo competitivo, realizando, nessa hipótese, diálogos com os licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.**

## Comentários:

---

O **diálogo competitivo** é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender a suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos (art. 6º, XLII). Então, o IBAMA pode, sim, adotar essa modalidade em suas contratações.

Art. 6º. [...]

XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;

Observação: muitos alunos questionam se o diálogo competitivo poderia ser adotado em “todas” as obras, serviços e compras. Logicamente que não! Porém, a questão não faz essa afirmação, apenas menciona que a modalidade é aplicável a esses objetivos. Além disso, a questão é quase cópia do conceito legal. Logo, não há como questionar o gabarito.

**Gabarito: certo.**

**26 O IBAMA tem a prerrogativa legal de disponibilizar consulta pública acerca da abertura de bases de dados abertos do IBAMA, com o objetivo de priorizar os dados mais relevantes para os cidadãos — informações essas produzidas ou acumuladas pelo IBAMA sem vedação expressa de acesso.**

## Comentários:

O IBAMA, como órgão responsável pela fiscalização e controle ambiental, possui a prerrogativa de disponibilizar consulta pública sobre a abertura de suas bases de dados. Essa prática é alinhada com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que incentiva a transparência e o acesso público aos dados produzidos ou acumulados por órgãos governamentais, desde que não haja restrições legais (como informações sigilosas ou protegidas por sigilo comercial, pessoal, ou de segurança).

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

Ademais, a Lei nº 10.650/2003, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama,) impõe o dever de disponibilização de dados ao público em geral.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do Sisnama, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a:

**Gabarito: certo.**

**A respeito da Política Nacional do Meio Ambiente, dos crimes ambientais, das competências ambientais, da proteção da vegetação nativa, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, do Conselho Nacional da Amazônia Legal e do especialista em meio ambiente, julgue os itens a seguir.**

**27 A assessoria ao presidente da República nas diretrizes governamentais para o meio ambiente será prestada pelo Conselho de Governo, órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente.**

## Comentários:

Conforme estudamos, o Órgão Superior do SISNAMA é o Conselho de Governo, que tem a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.

Ainda, conforme art. 6º, inciso I, da Lei 6.938/81 - Política Nacional de Meio Ambiente:

Art 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**28 O fato de o agente de crime ambiental comunicar previamente ao órgão competente o perigo iminente de degradação ambiental enseja atenuação da pena.**

## Comentários:

---

De fato, uma das circunstâncias que atenuam a pena é o fato de comunicar previamente ao órgão competente o perigo iminente de degradação ambiental:

Art. 14. São circunstâncias que atenuam a pena:

- baixo grau de instrução ou escolaridade do agente;
- arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada;
- comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental;
- colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.

Lembre-se de nosso **BarCCo!**

**Gabarito: certo.**

**29 É legalmente previsto que qualquer pessoa, ao constatar infração ambiental decorrente de empreendimento potencialmente poluidor, possa dirigir representação, inclusive de forma anônima, ao órgão responsável pelo licenciamento.**

## Comentários:

---

Segundo o § 1º do art. 17:

Art. 17. Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

§ 1º Qualquer pessoa legalmente identificada, ao constatar infração ambiental decorrente de empreendimento ou atividade utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, pode dirigir representação ao órgão a que se refere o caput, para efeito do exercício de seu poder de polícia.

Ou seja, não é “qualquer pessoa”, mas, sim, aquelas legalmente identificadas.

**Gabarito: errado.**

**30 Embora os pantanais sejam áreas de uso restrito, é permitida a sua exploração ecologicamente sustentável.**

## Comentários:

---

Conforme vimos em aula e de acordo com o art. 10 da Lei 12.651/2012:

Art. 10 - Nos pantanais e planícies pantaneiras, é permitida a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente, com base nas recomendações mencionadas neste artigo.

Dessa forma, podemos perceber que, embora os pantanais sejam áreas de uso restrito, é permitida sua exploração ecologicamente sustentável, conforme previsão do art. 10 da Lei 12.651/2012.

**Gabarito: certo.**

**31 Desde que não sejam impostas restrições ao uso, é permitida a constituição de área de relevante interesse ecológico em propriedade privada.**

## Comentários:

---

Segundo o art. 16, § 1º, da Lei nº 9.985/2000 (SNUC), a Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas. Entretanto, o § 2º assevera:

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.

Ou seja, o início da questão (“desde que não sejam impostas restrições...”) está errado, porque podem, sim, ser estabelecidas restrições ao uso.

**Gabarito: errado.**

**32 O Conselho Nacional da Amazônia Legal, cujas competências incluem coordenar e integrar as ações governamentais relacionadas à Amazônia Legal, é presidido pelo presidente da República.**

## Comentários:

À época, a questão estava errada, pois o Decreto nº 10.239/2020 estabelecia que o Vice-Presidente da República presidia o CNAL.

Hoje em dia, a questão está desatualizada, pois, em janeiro de 2023, esse Decreto foi revogado.

Porém, conforme regula o art. 3º, inciso I, e art. 10, inciso I, da RESOLUÇÃO Nº 4, DE 31 DE AGOSTO DE 2021:

Art. 3º O Conselho Nacional da Amazônia Legal é composto pelo:

I - Vice-Presidente da República, que o presidirá;

Art. 10. Compete ao Conselho Nacional da Amazônia Legal:

I - Coordenar e integrar as ações governamentais relacionadas à Amazônia Legal;

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**33 O ordenamento dos recursos florestais é uma das atribuições do analista ambiental.**

## Comentários:

---

É isso mesmo!

O art. 4º da Lei nº 10.410/2002, que cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente, lista as atribuições do Analista Ambiental, entre as quais se encontra o ordenamento dos recursos florestais:

Art. 4º - São atribuições dos ocupantes do cargo de Analista Ambiental o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades:

IV – ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros;

Lembre-se de que o analista ambiental participa da gestão e do manejo sustentável dos recursos florestais, incluindo atividades como a fiscalização, monitoramento, concessão florestal e a elaboração de planos de manejo e conservação das áreas florestais.

**Gabarito: certo.**

**A respeito do meio ambiente, dos princípios do direito ambiental e do dano ambiental, julgue os itens subsequentes.**

**34 Como meio de assegurar a efetividade do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição Federal de 1988 determina prestações materiais e atuação legislativa pelos três entes federativos.**

## Comentários:

---

Conforme as competências materiais comuns de todos os entes federados estabelecidas no art. 23, VI, a competência legislativa concorrente da União, Estados e DF do art. 24, VI e VIII, e a competência legislativa supletiva dos municípios (art. 30, II, CF/1988) são:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

O STF já reconheceu a competência legislativa suplementar dos municípios em matéria de meio ambiente, conforme julgados abaixo:

"2. Porque o federalismo é um instrumento de descentralização política que visa realizar direitos fundamentais, se a lei federal ou estadual claramente indicar, de forma adequada, necessária e razoável, que os efeitos de sua aplicação excluem o poder de complementação que detêm os entes menores (clear statement rule), é possível afastar a presunção de que, no âmbito regional, determinado tema deve ser disciplinado pelo ente menor.

3. Na ausência de norma federal que, de forma nítida (clear statement rule), retire a presunção de que gozam os entes menores para, nos assuntos de interesse comum e concorrente, exercerem plenamente sua autonomia, detêm Estados e Municípios, nos seus respectivos âmbitos de atuação, competência normativa". (RE 194.704/MG, red. p/ o ac.. Min. Edson Fachin, julgamento em 29/6/2017)

"(...) o Supremo Tribunal Federal a consagrar, em seu magistério jurisprudencial, o reconhecimento do direito de todos à integridade do meio ambiente e a competência de todos os entes políticos que compõem a estrutura institucional da Federação em nosso País, com particular destaque para os Municípios, em face do que prescreve, quanto a eles, a própria Constituição da República (art. 30, incisos I, II e VII, c/c o art. 23, incisos II e VI)" ( RE 673.681/SP, rel. Min. Celso de Mello, julg. em 15/12/2014).

**Gabarito: certo.**

**35 O dano moral coletivo ambiental, embora atinja direitos da personalidade de um grupo determinado, depende, para fins de indenização, da demonstração de que resultou em dor ou indignação à coletividade.**

## Comentários:

---

Para a configuração do dano moral coletivo ambiental e conseqüente indenização, não é necessária a demonstração de dor ou indignação específica à coletividade. O dano moral coletivo ambiental caracteriza-se pela ofensa a direitos difusos e coletivos, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e basta a demonstração de que a conduta ou o evento causador violou um interesse coletivo relevante ou afrontou a ordem pública.

Segundo o STJ, o dano moral coletivo ambiental atinge direitos de personalidade do grupo massificado, sendo desnecessária a demonstração de que a coletividade sinta a dor, a repulsa, a indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado (REsp 1269494/MG, 2013).

Logo, a jurisprudência entende que a simples violação do direito ambiental, com repercussão negativa para a coletividade, já é suficiente para configurar o dano moral coletivo, sem a necessidade de prova de sofrimento individual ou coletivo específico. A indenização busca reparar o dano ao interesse coletivo e desestimular práticas lesivas ao meio ambiente.

**Gabarito: errado.**

**36 A alteração ou supressão dos espaços territoriais especialmente protegidos somente poderá ser permitida por ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente.**

## Comentários:

---

A alteração ou supressão de espaços territoriais especialmente protegidos não é prerrogativa exclusiva do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). De acordo com o artigo 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, a alteração ou supressão desses espaços somente pode ocorrer por meio de lei, não por ato administrativo de um órgão específico.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

...

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**37 Embora não tenha *status* constitucional, o estudo de impacto ambiental é importante instrumento quando se trata do desempenho de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.**

## Comentários:

O erro é afirmar que o EIA não possui *status* constitucional, uma vez que o inciso IV do § 1º do art. 225 da Carta Magna assim dispõe:

Art. 225 (...)

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**38 Pelo princípio do poluidor pagador, aquele que poluir deverá responder pelo prejuízo que causar ao meio ambiente, de forma pecuniária ou mediante a prática de atos.**

## Comentários:

---

O princípio do poluidor-pagador estabelece que o agente responsável por causar poluição ou degradação ambiental deve arcar com os custos necessários para reparar ou compensar o dano causado. Essa responsabilização pode ocorrer de forma pecuniária, por meio do pagamento de multas ou indenizações, ou pela execução de ações específicas que restabeleçam o equilíbrio ambiental, como recuperação de áreas degradadas ou implementação de medidas de compensação.

O artigo 14, §1º, da Lei 6.938/81 regula o seguinte:

Art. 14, § 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**39 O princípio da prevenção é adotado pela Política Nacional do Meio Ambiente como um dos seus objetivos.**

## Comentários:

---

Essa questão é polêmica.

Quando se fala na presença de um determinado Princípio do Direito Ambiental dentro de uma norma, pode-se falar em Princípio explícito, quando a norma o menciona expressamente, ou Princípio implícito, quando a norma não o menciona expressamente, mas a doutrina e/ou a jurisprudência interpreta que ali há a presença implícita de determinado princípio.

No caso da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981, em nenhum momento ela menciona o Princípio da Prevenção como sendo um princípio explícito. Em termos de doutrina e jurisprudência, não se encontra material sólido apontando o princípio da prevenção sendo adotado como objetivo da PNMA. Vejamos os objetivos dessa política:

Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Podemos apontar alguma relação do princípio da prevenção com alguns desses incisos? Claro que sim. O princípio da prevenção estabelece que, quando houver riscos conhecidos ou previsíveis de danos ambientais, as ações preventivas devem ser priorizadas para impedir que tais danos ocorram.

Mas uma coisa é eu ou você estabelecermos relações propositais para chegar ao resultado que a banca quis chegar, outra coisa é analisar a questão sob a ótica que deve ser utilizada: questão de concurso que deve ser analisada objetivamente. Nesse caso, não havendo menção explícita do Princípio da Prevenção, nem havendo jurisprudência ou doutrina que embase tal afirmação, devemos considerar como errada.

**Gabarito do professor: errado.**

**Gabarito da banca: certo.**

**40 Aquele a quem se impute um dano ambiental potencial deverá arcar com o ônus de provar que sua atividade não configura nenhum tipo de risco ambiental.**

## Comentários:

---

Segundo a Súmula nº 618 do STJ, a inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental. Isso significa que, quando uma atividade é potencialmente danosa ao meio ambiente, o ônus de provar que ela não configura risco ambiental recai sobre o responsável pela atividade, não sobre o poder público ou os órgãos de fiscalização. Esse princípio visa facilitar a proteção ambiental ao exigir que quem exerce uma atividade com potencial poluidor demonstre que adotou as medidas necessárias para evitar danos.

**Gabarito: certo.**

**Cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da atuação regulatória do Estado.**

**41 Em 2022, determinado programa de controle da poluição do ar entrará em uma fase que prevê novos parâmetros para medir emissões de hidrocarbonetos e emissões evaporativas. Nessa situação, a regulação de padrões de emissão de poluentes por veículos automotores promoverá o aumento da concorrência no mercado e a mitigação de barreiras à entrada no mercado, beneficiando o consumidor final ao proporcionar-lhe variada concorrência, preços reduzidos e produtos mais eficientes.**

## Comentários:

---

Trata-se de questão que versa sobre regulação e externalidades.

Caro aluno, pense conosco, com exigências de padrões regulatórios cada vez mais rigorosas, temos que as indústrias de veículos vão precisar investir mais em seus produtos, justamente para buscar essa eficiência ecológica exigida pelas agências reguladoras.

Isso acarreta o exato contrário do que foi afirmado no presente item: aumentam-se barreiras de entrada a esse mercado, uma vez que fica mais difícil de se atender aos padrões regulatórios, e, por conta do aumento de investimento das montadoras e da diminuição da concorrência no mercado, os preços vão elevar-se, embora, realmente, com produtos mais eficientes ecologicamente.

Não tem jeito, essa é, de fato, a dinâmica da ação regulatória. A medida é superimportante para um mundo sustentável, mas isso traz, com certeza, consequências no bolso do consumidor.

Destaquemos, por fim, os erros da assertiva:

Em 2022, determinado programa de controle da poluição do ar entrará em uma fase que prevê novos parâmetros para medir emissões de hidrocarbonetos e emissões evaporativas. Nessa situação, a regulação de padrões de emissão de poluentes por veículos automotores promoverá o aumento da concorrência no mercado e a mitigação de barreiras à entrada no mercado, beneficiando o consumidor final ao proporcionar-lhe variada concorrência, preços reduzidos e produtos mais eficientes.

O gabarito é, portanto, errado.

**Gabarito: errado.**

**42 Foi aberta consulta pública para decisão acerca da alocação de recursos do Estado para investimento ou em um parque nacional, ou em novos equipamentos para as Forças Armadas. Nessa situação hipotética, a realização de uma consulta pública revela, de maneira eficiente, a preferência de consumo da população.**

## Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre assimetria de informações.

Concurseiro, responda rápido, você acha que a consulta pública em pauta será eficiente? O Estado, na sua opinião, deveria investir em um parque nacional, ou em novos equipamentos para as Forças Armadas? Fale aí...

Veja que não tem cabimento nenhum. Você não conhece a necessidade atual das Forças Armadas. Você não conhece quais são os impactos de se investir nesse parque nacional. Há, no caso em apreço, a falha de mercado chamada assimetria de informações. Se há alguém que saiba mais do que você sobre determinado assunto, ele inclinará mais a decisão dos gestores, vale dizer, vai convencer bem mais do que você. E isso não significa que ele está correto.

Ademais, pense, uma eventual consulta pública pode não ser representativa da maioria, não capturando de forma eficiente a preferência de consumo da população.

Destaque-se o erro:

Foi aberta consulta pública para decisão acerca da alocação de recursos do Estado para investimento ou em um parque nacional, ou em novos equipamentos para as Forças Armadas. Nessa situação hipotética, a realização de uma consulta pública revela, de maneira eficiente, a preferência de consumo da população.

O gabarito é, por tudo, errado.

**Gabarito: errado.**

**43 O poder público pretende estabelecer a cobrança de tarifa de usuários de determinado parque nacional cuja administração foi concedida à iniciativa privada. A intenção é definir uma tarifa módica, fixada no menor patamar possível, tanto para democratizar o acesso ao parque quanto para viabilizar a continuidade da exploração do serviço com determinado nível de qualidade. O poder público decidiu, então, definir a tarifa em função do custo do serviço, de forma a garantir a recuperação dos custos totais e assegurar uma margem de lucro que assegure a viabilidade da exploração do serviço pelo ente privado. Nessa situação hipotética, basta ao Estado definir a tarifa em função do custo marginal do serviço, para garantir a mesma eficiência que seria observada na fixação de preço de mercado.**

## Comentários:

---

Trata-se de questão que versa sobre regulação.

Traduzindo o item em miúdos, o poder público definiu uma tarifa em função do custo do serviço, de forma que seja acessível para a população e permita um lucro para a iniciativa privada, até mesmo para ele continuar prestando o serviço e com qualidade. A pergunta é: para garantir a mesma eficiência que seria observada na fixação de preço de mercado, basta o Estado definir a tarifa em função do custo marginal do serviço?

Ficou confuso? Relaxa, vai ficar claro. O custo marginal é, basicamente, o custo de oferecer ou prestar uma unidade a mais de determinado produto ou serviço. No caso de um parque nacional, o custo marginal que a concessionária incorreria para com a entrada de mais um cidadão é próximo de zero. Pense no gasto de uma limpeza, de uma manutenção especificamente em relação a essa entrada. É muito pequeno.

Por outro lado, no caso desses parques nacionais, os custos fixos são bem mais elevados (segurança, infraestrutura, salários, manutenção, entre outros). Então, o Estado fica no meio-termo, se fixar em função do custo marginal, a concessionária será “convidada” a retirar-se do mercado, rsrsrsrs, uma vez que não terá lucro, em que pese ficar tranquilo para a população, que vai achar muito bom o preço baixíssimo. Se fixa em função do custo fixo, a concessionária vai ficar muito feliz, porque vai lucrar. Porém, o cidadão vai odiar.

Ante esse impasse, o Estado fixa em função do custo médio e, se preciso for, subsidia a modicidade tarifária. Questão interessante, não é? Destaquemos, então, o erro da questão:

O poder público pretende estabelecer a cobrança de tarifa de usuários de determinado parque nacional cuja administração foi concedida à iniciativa privada. A intenção é definir uma tarifa módica, fixada no menor patamar possível, tanto para democratizar o acesso ao parque quanto para viabilizar a continuidade da exploração do serviço com determinado nível de qualidade. O poder público decidiu, então, definir a tarifa em função do custo do serviço, de forma a garantir a recuperação dos custos totais e assegurar uma margem de

lucro que assegure a viabilidade da exploração do serviço pelo ente privado. Nessa situação hipotética, basta ao Estado definir a tarifa em função do custo marginal do serviço, para garantir a mesma eficiência que seria observada na fixação de preço de mercado.

O gabarito é, portanto, errado.

**Gabarito: errado.**

44 A partir de 2019, passou a ser cobrada uma taxa de entrada dos turistas que visitam certo parque nacional, visando-se à remuneração dos investimentos em infraestrutura feitos pela concessionária que administra o parque. Nesse caso, com o início da cobrança da taxa de acesso, o parque nacional deixou de ser um bem público — no sentido econômico — e se tornou um bem quase público, em decorrência da possibilidade de exclusão de usuários que não possam pagar a taxa de acesso, apesar de ainda se caracterizar pela não rivalidade no consumo.

## Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre bens públicos.

Para responder à questão, você precisa saber que um bem público possui as seguintes características, sem prejuízo de outras: não rivalidade e não exclusividade.

- **Não rivalidade (pessoa)** → o consumo do bem por parte de um indivíduo não prejudica o consumo por outro indivíduo. Exemplo: em ônibus lotado, há a rivalidade, uma vez que o fato de eu ocupar a última vaga impede que você ocupe.
- **Não exclusividade (R\$)** → a pessoa não pode ser privada do consumo do bem, por exemplo, por não pagar por ele. Exemplo: parque público sem cobrança de entrada, onde qualquer pessoa pode entrar e aproveitar o espaço.

Perceba que, se há a cobrança de taxa para entrar no parque nacional, ele deixa de ser não exclusivo, característica necessária à caracterização de um bem público. Mantendo-se a não rivalidade, o parque nacional torna-se um bem semipúblico (meritório/"quase público"). O item está perfeito. Segue-se o bizu:

- Bens públicos → não rival e não excludente (ar).
- Bens semipúblicos → não rival e excludente (saúde, educação).
- Bens comuns → rivais e não excludentes (lago para pescar).
- Bens privados → rivais e excludentes (cinema).

Por tudo, ressalta-se que o gabarito está certo.

**Gabarito: certo.**

**45** Determinado projeto de lei propõe que veículos elétricos ou híbridos sejam isentos do imposto sobre produtos industrializados (IPI), bem como que sejam reduzidas a zero as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na venda de carros elétricos. Nessa situação, se aprovado o projeto de lei, a concessão de benefícios fiscais a veículos automotores que não emitem poluentes atmosféricos promoverá, segundo a teoria econômica da regulação, internalização de benefícios econômico-sociais decorrentes da diminuição da poluição atmosférica em centros urbanos, com reflexo na saúde pública da população e no custo privado da produção e comercialização desses veículos.

## Comentários:

---

Trata-se de questão que versa sobre externalidades.

Concurseiro, externalidade é, simplificada, efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais. Ela pode ser negativa ou positiva. Esta ocorre quando o benefício social suplanta os benefícios privados. Aquela, por sua vez, ocorre quando os custos sociais são maiores do que os custos privados.

### Externalidade +

- Custo social < custo privado;
- Benefício social > benefício privado;
- O governo deverá incentivar para que esse tipo de atividade continue, uma vez que não é tão interessante para o privado.

### Externalidade -

- Custo social > custo privado;
- Benefício social < benefício privado;
- O governo deverá desincentivar esse tipo de atividade.

Pelo contexto da questão, é perceptível o querer do Estado em incentivar a produção e a comercialização de veículos elétricos ou híbridos, pois o benefício social desse estímulo suplanta o benefício privado, já que é muito mais lucrativo, ainda, vender veículos a combustão, por diversos fatores que não merecem prosperar aqui, até para você não perder muito tempo.

Portanto, o gabarito é certo, já que, em se tratando de externalidades positivas, que é o caso da diminuição da poluição atmosférica em centros urbanos, o poder público deverá incentivar a externalização desse benefício.

O gabarito é, então, certo.

**Gabarito: certo.**

Considerando a hipótese de que, no seu exercício profissional, determinado servidor público tenha utilizado, para fins de interesse particular, os serviços de servidor subordinado a ele, julgue os itens seguintes.

46 A atuação do superior hierárquico, nesse caso, constitui ato de improbidade administrativa que importa lesão ao erário.

## Comentários:

---

De acordo com a LIA:

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito [...]:

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades;

Dessa forma, trata-se de enriquecimento ilícito, não de lesão ao erário.

**Gabarito: errado.**

47 Tal conduta do superior hierárquico é expressamente vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

## Comentários:

---

Trata-se de questão que versa sobre Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Sou seu superior hierárquico e peço para você fazer uma inspeção em uma determinada empresa de minha titularidade, já que você é um exímio inspetor. Ainda que no horário de trabalho, você, por ser um grande colega, atende prontamente, afinal, não quer contrariar seu chefe, rs.

O Código em apreço veda, ou não, esse tipo de atividade? É claro, não é? Veja o que diz o inc. XV, al. j, desse Código.

XV - É vedado ao servidor público (...)

j) desviar servidor público para atendimento a interesse particular;

O gabarito é, portanto, certo.

**Gabarito: certo.**

**48 Tal conduta do superior hierárquico configurará ato de improbidade administrativa apenas se tiver sido praticada de forma dolosa.**

## Comentários:

Utilizar, em obra ou serviço particular, o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados pelas entidades listadas no art. 1º da LIA constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito (art. 9º, IV). Para a configuração desse tipo de ato de improbidade (assim como para os demais), é exigido o dolo na conduta do agente.

Nesse sentido, dispõe o *caput* do art. 9º que “constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente [...]”.

**Gabarito: certo**

Considerando a situação hipotética de que determinado servidor público, sem prévia autorização da chefia imediata, tenha-se ausentado do serviço durante o expediente, para comprar presentes para sua família, julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990.

49 Tal conduta poderá acarretar penalidade de demissão ao servidor.

## Comentários:

---

A questão versa sobre a Lei nº 8.112/1990 e as proibições ao servidor.

As penalidades impostas pela referida norma, conforme seu art. 127, são: advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada. A aplicação de cada penalidade está prescrita nos artigos 128 a 132, os quais fazem referência às condutas proibidas descritas no art. 117.

Para responder à questão, bastava ao candidato saber que a conduta de se ausentar do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, está prevista no inciso I do art. 117 e, conforme o art. 129, a punição cabível é a advertência, não a demissão; logo, questão errada. Vejamos os dispositivos pertinentes:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; (...)

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

**Gabarito: errado.**

**50 Trata-se de conduta expressamente proibida pela referida lei.**

## Comentários:

---

A questão versa sobre a Lei nº 8.112/1990 e as proibições ao servidor.

As condutas proibidas ao servidor estão tipificadas no Capítulo II - Das Proibições, arroladas nos 19 incisos do art. 117.

Para responder à questão, bastava ao candidato saber que a conduta de se ausentar do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, está prevista no inciso I do art. 117, logo é proibida expressamente pela norma, o que torna nossa assertiva correta. Vejamos:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; (...)

Avançando um pouco, podemos acrescentar que as penalidades impostas pela referida norma, conforme seu art. 127, são: advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada. A aplicação de cada penalidade está prescrita nos artigos 128 a 132 da Lei nº 8.112/1990. A conduta narrada pelo enunciado da questão será punida com advertência, com base no art. 129. Vejamos:

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

**Gabarito: certo.**

There's growing evidence that people and the planet are increasingly impacted by extreme events. According to the Fourth National Climate Assessment, published in 2018 by the U.S. Global Change Research Program, "more frequent and intense extreme weather and climate-related events, as well as changes in average climate conditions, are expected to continue to damage infrastructure, ecosystems, and social systems that provide essential benefits to communities."

As the impacts of extreme events continue to mount, interest has grown in the scientific community to study whether specific extreme events can be partially attributed to human activities. With the help of climate models, scientists have conducted an impressive array of studies, looking for possible links between human activities and extreme events such as heat waves, rainfall and flooding events, droughts, storms, and wildfires. Increasingly, they're able to draw robust connections.

Internet: <climate.nasa.gov> (adapted).

**Judge the following items according to the text above.**

**51 Certain extreme weather and climate-related events are happening more often and becoming more intense.**

## Comentários:

Certos eventos climáticos extremos e relacionados ao clima estão acontecendo com mais frequência e tornando-se mais intensos.

*There's growing evidence that people and the planet are increasingly impacted by extreme events.*

Há evidências crescentes de que as pessoas e o planeta são cada vez mais impactados por eventos extremos.

O segmento acima, logo no início do texto, deixa bem claro que realmente eventos climáticos intensos ou perigosos estão acontecendo com mais frequência.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**52 The author points out human contributions as a noteworthy reason for the growing number of extreme events.**

## Comentários:

---

O autor aponta as contribuições humanas como uma razão significativa para o crescente número de eventos extremos.

*With the help of climate models, scientists have conducted an impressive array of studies, looking for possible links between human activities and extreme events such as heat waves, rainfall and flooding events, droughts, storms, and wildfires. Increasingly, they're able to draw robust connections.*

Com a ajuda de modelos climáticos, os cientistas realizaram uma impressionante variedade de estudos, procurando possíveis ligações entre as atividades humanas e eventos extremos, como ondas de calor, chuvas e eventos de inundação, secas, tempestades e incêndios florestais. Cada vez mais, eles são capazes de concluir que há conexões fortes.

*Noteworthy* = digno de nota, digno de atenção, notável, significativo.

O segmento acima deixa bem claro que o autor expressa que a contribuição humana nesses eventos extremos é digna de nota, forte, realista.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**53 Experts predict an abrupt change in climate conditions due to continually harmful human activities.**

## Comentários:

---

Especialistas prevêem uma mudança abrupta nas condições climáticas devido a atividades humanas prejudiciais que ocorrem continuamente.

O texto não apresenta uma predição. O foco do texto é divulgar as pesquisas sobre o que tem desencadeado ou causado esses extremos eventos.

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

The European Environment Agency (EEA) has published a new indicator that tracks findings of pesticides in Europe's rivers, lakes and groundwaters. The data, collected from EEA member countries across Europe, shows the share of water bodies where excessive levels of pesticides have been recorded from 2013 to 2019.

The new EEA indicator shows that levels of pesticides exceeding thresholds were measured in a quarter of all reported monitoring sites in European surface waters in 2019. From 2013 to 2019, this share varied between 13% and 30%. The share for groundwater with exceedances was considerably lower, at between 3% and 7%.

In the EU, pesticides are regulated on the basis of high protection goals for human health and the environment, with being authorised only after a comprehensive scientific risk assessment. Nevertheless, pesticide contamination of surface waters and groundwater can still occur and could affect aquatic fauna and flora.

Internet: <[www.eea.europa.eu](http://www.eea.europa.eu)> (adapted).

**According to the text above, judge the following items.**

**54 From 2013 to 2019, the percentage of sites in European surface waters whose levels of pesticides are above the limits more than doubled.**

## Comentários:

De 2013 a 2019, a percentagem de locais em águas superficiais europeias cujos níveis de pesticidas estão acima dos limites mais do que duplicou.

De 2013 a 2019, a parcela dos níveis de pesticidas que excederam os limites variou entre 13% e 30%. A percentagem das águas subterrâneas com excedências foi consideravelmente inferior, situando-se entre 3% e 7%. Portanto, não houve duplicação como diz a assertiva.

**Gabarito: errado.**

**55 Contamination by pesticides in European waters is less likely to occur than in other places in the world due to strict control policies.**

## Comentários:

---

A contaminação por pesticidas em águas europeias é menos provável do que em outros lugares do mundo devido a políticas de controle rígidas.

O texto diz que: “na UE, os pesticidas são regulamentados com base em objetivos de alta proteção para a saúde humana e o meio ambiente, sendo autorizados somente após uma avaliação científica abrangente dos riscos. No entanto, a contaminação por pesticidas das águas superficiais e subterrâneas ainda pode ocorrer e afetar a fauna e a flora aquáticas”. Em nenhum momento é dito que essa contaminação é menos provável que em outros lugares. Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**Ao aderir à Convenção de Basiléia, o governo brasileiro busca coibir o tráfico ilícito, prevendo a intensificação da cooperação internacional para a gestão adequada dos resíduos perigosos e seu depósito. Acerca desse assunto, julgue os itens que se seguem.**

**56 São caracterizados como resíduos perigosos os resíduos metálicos e os que contenham ligas dos elementos arsênico, berílio, cádmio, chumbo, mercúrio, prata, selênio, telúrio e tálio.**

## Comentários:

---

Questão meio sem noção, pois cobra um detalhe muito específico do Decreto nº 4.581/2003. A prata não é considerada resíduo perigoso, pois consta na Lista B.

Lista B

Os resíduos contidos no Anexo não serão os resíduos cobertos pelo Artigo 1º, parágrafo 1º, alínea (a) desta Convenção, a menos que contenham elementos do Anexo I em concentração tal que apresentem características do Anexo III.

B1 Resíduos de metais e resíduos que contenham metais

B1010 Resíduos de metais e de ligas metálicas, em forma metálica e não suscetível de dispersão:

- Metais preciosos (ouro, **prata**, o grupo da platina, mas não o mercúrio)

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**57 Considera-se que os acordos ou arranjos bilaterais, multilaterais ou regionais referentes ao movimento transfronteiriço de resíduos perigosos ou outros resíduos com Estados partes ou não partes da Convenção de Basileia, ainda que não derroguem a administração ambientalmente saudável dos resíduos perigosos e outros resíduos exigida pela referida convenção, são dispositivos excessivamente flexíveis, deixando de configurar um compromisso claro dos Estados envolvidos na exportação de resíduos perigosos com a gestão ambientalmente saudável desses resíduos.**

## Comentários:

Questão maldosa do Cebraspe. Isso consta nas considerações gerais feitas pelo Brasil ao aderir à Convenção de Basileia, por meio do Decreto nº 875/1993:

2. O Brasil manifesta, contudo, preocupação ante as deficiências da Convenção. Observa, assim, que seu articulado corresponderia melhor aos propósitos anunciados no preâmbulo caso apontasse para a solução do problema da crescente geração de resíduos perigosos e estabelecesse um controle mais rigoroso dos movimentos de tais resíduos. O artigo 4, parágrafo 8, e o artigo 11, em particular, contêm dispositivos excessivamente flexíveis, deixando de configurar um compromisso claro dos Estados envolvidos na exportação de resíduos perigosos com a gestão ambientalmente saudável desses resíduos.

O art. 11, por exemplo, traz:

1. Não obstante o disposto no Artigo 4 parágrafo 5, as Partes podem estabelecer acordos ou arranjos bilaterais, multilaterais ou regionais no que se refere ao movimento transfronteiriço de resíduos perigosos ou outros resíduos com Partes ou não Partes, desde que esses esquemas ou acordos não derroguem a administração ambientalmente saudável dos resíduos perigosos e outros resíduos exigida pela presente Convenção. Esses acordos ou esquemas deverão estabelecer dispositivos que não sejam menos ambientalmente saudáveis que aqueles previstos na presente Convenção, particularmente levando-se em consideração os interesses dos países em desenvolvimento.

O Cebraspe, infelizmente, às vezes faz esse tipo de coisa: cobra o rodapé das normas.

**Gabarito: certo.**

Considerando os riscos reais e potenciais que o gerenciamento inadequado de resíduos pode acarretar à saúde humana e ao meio ambiente, julgue os itens seguintes.

58 Pessoa do exterior que adquirir a substância mercúrio metálico deverá, imediatamente após o pedido de importação, notificar o IBAMA acerca de cada partida, viabilizando a emissão das guias de importação a serem expedidas pela Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), liberadas após comprovação do seu cadastramento.

## Comentários:

---

Segundo o Decreto nº 97.634/1989, que dispõe sobre o controle da produção e da comercialização de substância que comporta risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (art. 3º), os importadores de mercúrio metálico devem notificar o Ibama previamente ao pedido de importação (não após o pedido) sobre cada partida a ser importada.

Assim, as guias de importação a serem expedidas pela CACEX somente serão liberadas após comprovação do cadastramento do importador junto ao Ibama (art. 4º).

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

59 É proibida a importação dos resíduos perigosos da classe I e de rejeitos, assim como a importação de resíduos controlados e resíduos definidos como outros resíduos, em todo o território nacional, sob qualquer forma e para qualquer fim.

## Comentários:

---

Segundo a Resolução Conama nº 452/2012, que dispõe sobre os procedimentos de controle da importação de resíduos, conforme as normas adotadas pela Convenção de Basileia, é proibida a importação de:

Resíduos Perigosos - Classe I e de rejeitos (art. 3º)

Art. 3º. É proibida a importação dos Resíduos Perigosos - Classe I e de rejeitos, em todo o território nacional, sob qualquer forma e para qualquer fim, conforme determina a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Resíduos definidos como Outros Resíduos (art. 4º)

Art. 4º. É proibida a importação de resíduos definidos como Outros Resíduos, sob qualquer forma e para qualquer fim.

Contudo, a importação de Resíduos Controlados pode ser realizada, desde que por Destinator de Resíduos para reciclagem em instalações devidamente licenciadas (art. 7º).

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**60 O plano de gerenciamento de coleta, armazenamento e destinação de pneus inservíveis (PGP), elaborado pelos fabricantes e importadores de pneus novos, deve prever a destinação adequada dos pneus inservíveis, em instalações próprias ou mediante contratação de serviços especializados de terceiros, para que sejam transformados em lascas de borracha para disposição em aterro sanitário.**

## Comentários:

Segundo a Resolução Conama nº 416/2009, que dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, é vedada a disposição final de pneus no meio ambiente, tais como o abandono ou lançamento em corpos de água, terrenos baldios ou alagadiços, a disposição em aterros sanitários e a queima a céu aberto (art. 15).

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**61 As pilhas e baterias do tipo botão comercializadas, fabricadas no território nacional ou importadas devem conter até 2,0% em peso de mercúrio.**

## Comentários:

---

É isso mesmo que determina o art. 7º da Resolução Conama nº 401/2008, que estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para seu gerenciamento ambientalmente adequado:

Art. 7º A partir de 1º de julho de 2009, as pilhas e baterias do tipo portátil, botão e miniatura que sejam comercializadas, fabricadas no território nacional ou importadas, deverão atender aos seguintes teores máximos dos metais de interesse:

I - conter até 0,0005% em peso de mercúrio quando for do tipo listado no inciso III do art. 2º desta resolução;

II - conter até 0,002% em peso de cádmio quando for do tipo listado no inciso III do art. 2º desta resolução;

**III - conter até 2,0% em peso de mercúrio quando for do tipo listado nos incisos V, VI e VII do art. 2º desta resolução;**

IV - conter traços de até 0,1% em peso de chumbo.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**62 A base de cálculo da quantia de óleo lubrificante usado ou contaminado a ser coletada pelo produtor ou importador não considera os óleos lubrificantes acabados comercializados entre as empresas produtoras, entre as empresas importadoras ou entre produtores e importadores, devidamente autorizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).**

## Comentários:

---

Segundo o art. 10 da Resolução Conama nº 362/2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado:

Art. 10. Não integram a base de cálculo da quantia de óleo lubrificante usado ou contaminado a ser coletada pelo produtor ou importador os seguintes óleos lubrificantes acabados:

(...)

X - todo óleo lubrificante básico ou acabado comercializado entre as empresas produtoras, entre as empresas importadoras, ou entre produtores e importadores, devidamente autorizados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.

Essa abordagem tem como objetivo evitar a contagem duplicada e garantir que a responsabilidade pela coleta e destinação adequada dos óleos lubrificantes usados ou contaminados seja efetivamente aplicada, respeitando as normas estabelecidas pela ANP e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**63 A descarga de óleo, misturas oleosas, substâncias nocivas ou perigosas de qualquer categoria e lixo em águas sob jurisdição nacional poderá ser permitida para fins de pesquisa, desde que atendidas as exigências previstas na legislação.**

## Comentários:

---

É isso mesmo que prevê a Lei do Óleo (Lei nº 9.966/2000). Vejamos a redação do art. 19:

Art. 19. A descarga de óleo, misturas oleosas, substâncias nocivas ou perigosas de qualquer categoria, e lixo, em águas sob jurisdição nacional, poderá ser excepcionalmente tolerada para salvaguarda de vidas humanas, pesquisa ou segurança de navio, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. Para fins de pesquisa, deverão ser atendidas as seguintes exigências, no mínimo:

I – a descarga seja autorizada pelo órgão ambiental competente, após análise e aprovação do programa de pesquisa;

II – esteja presente, no local e hora da descarga, pelo menos um representante do órgão ambiental que a houver autorizado;

III – o responsável pela descarga coloque à disposição, no local e hora em que ela ocorrer, pessoal especializado, equipamentos e materiais de eficiência comprovada na contenção e eliminação dos efeitos esperados.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo**

Julgue os próximos itens relativos à Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

64 Os princípios a serem observados nas ações da PNMC são precaução, prevenção, participação cidadã, desenvolvimento sustentável e responsabilidades comuns, sendo estas, na seara internacional, diferenciadas entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos.

## Comentários:

---

É importante destacar os **princípios** a serem observados pelos entes políticos e órgãos da administração pública quando da execução da PNMC. São eles:

- **princípio da precaução;**
- **princípio da prevenção;**
- **princípio da participação cidadã;**
- **princípio do desenvolvimento sustentável;**
- **princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.**

Esse último princípio significa que todos devem ter responsabilidade para com o clima, mas que elas são distintas, inclusive com alguns tendo maiores responsabilidades do que outros. **Por exemplo:** é razoável que uma indústria que emite toneladas de gases de efeito estufa todos os anos possua maiores responsabilidades do que um cidadão comum que apenas emite em suas atividades rotineiras (andar de carro, consumo etc.), não é mesmo?

As responsabilidades comuns, porém diferenciadas, também estão presentes nos acordos globais de mudanças climáticas, a exemplo do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris, uma vez que os países muitas vezes possuem responsabilidades distintas entre si. Inclusive, o legislador fez questão de enfatizar que o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas é de âmbito **internacional**, então muita atenção quanto a esse ponto!

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**65 No contexto dos objetivos da economia de baixo consumo de carbono e do estabelecimento de metas, quantificáveis e verificáveis, para a redução de emissões antrópicas por fontes em cada setor, o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) atua por intermédio de projetos que contribuam para os objetivos da PNMC.**

## Comentários:

---

Segundo o art. 19 do Decreto nº 9.578/2018, para se alcançar o compromisso nacional voluntário previsto na Lei nº 12.187/2009, devem ser implementadas ações que almejem reduzir as emissões de GEEs, entre as quais estão, por exemplo, a redução dos índices anuais de desmatamento na Amazônia Legal e no Bioma Cerrado, bem como a ampliação do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta.

Nesse contexto, o § 4º desse artigo prevê que tais ações podem ser implementadas inclusive por meio do mecanismo de desenvolvimento limpo ou de outros mecanismos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Assim, os planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima visam a atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas quantificáveis e verificáveis, considerando diversos setores, como geração e distribuição de energia elétrica, transporte público urbano, indústria, serviços de saúde e agropecuária, considerando as especificidades de cada setor, inclusive por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e das Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMAS).

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**66 Na implementação da PNMC, a redução de gases de efeito estufa deve manter o mesmo patamar percentual em relação às suas fontes, conforme as medidas determinadas pelo IBAMA, às quais estados-membros, Distrito Federal e municípios devem obedecer.**

## Comentários:

---

Para alcançar os objetivos da PNMC, o art. 12 determina que o Brasil deve adotar, como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir suas emissões. Portanto, não há objetivo para manter o mesmo patamar dos existentes.

**Gabarito: errado.**

Acerca da poluição sonora e do seu controle, julgue os itens subsequentes.

67 O Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora (Programa Silêncio) presta-se a promover ações de combate a ruídos nas zonas urbanas definidas por lei municipal.

## Comentários:

---

Vejamos os objetivos do Programa Silêncio listados no art. 1º da Resolução Conama nº 002/1990:

- a) Promover cursos técnicos para capacitar pessoal e controlar os problemas de poluição sonora nos órgãos de meio ambiente estaduais e municipais em todo o país;
- b) Divulgar junto à população, através dos meios de comunicação disponíveis, matéria educativa e conscientizadora dos efeitos prejudiciais causados pelo excesso de ruído;
- c) Introduzir o tema “poluição sonora” nos cursos secundários da rede oficial e privada de ensino, através de um Programa de Educação Nacional;
- d) Incentivar a fabricação e uso de máquinas, motores, equipamentos e dispositivos com menor intensidade de ruído quando de sua utilização na indústria, veículos em geral, construção civil, utilidades domésticas, etc.;
- e) Incentivar a capacitação de recursos humanos e apoio técnico e logístico dentro da polícia civil e militar para receber denúncias e tomar providências de combate para receber denúncias e tomar providências de combate à poluição sonora urbana em todo o Território Nacional;
- f) Estabelecer convênios, contratos e atividades afins com órgãos e entidades que, direta ou indiretamente, possa contribuir para o desenvolvimento do Programa SILÊNCIO.

Trata-se de um programa federal e que, portanto, não busca combater diretamente o ruído em zonas definidas em lei municipal. O que ocorre é capacitação e orientação aos órgãos municipais para que estes o façam. A questão ficou meio dúbia, é verdade, mas o Cebraspe considerou mesmo como errada.

**Gabarito: errado.**

**68 Órgãos e entidades governamentais devem promover acordos de cooperação técnica e contratos para o desenvolvimento de ações de combate à poluição sonora.**

## Comentários:

---

Trata-se de um dos objetivos do Programa Silêncio (Resolução Conama nº 002/1990) que vimos na última questão: f) Estabelecer convênios, contratos e atividades afins com órgãos e entidades que, direta ou indiretamente, possa contribuir para o desenvolvimento do Programa SILÊNCIO. Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**69 Para limitar a potência sonora de bens de consumo, o papel do INMETRO envolve a certificação desses bens, enquanto o papel do IBAMA é estabelecer normas gerais para orientar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).**

## Comentários:

---

O Ibama não possui essa competência de estabelecer normas gerais para orientar as normas técnicas da ABNT. Já o Inmetro apenas aprova os requisitos de avaliação da conformidade para potência sonora de aparelhos eletrodomésticos e acredita os Organismos de Certificação de Produto (OCPs), que emitem o certificado de conformidade de potência sonora dos aparelhos de eletrodomésticos. Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**Acerca do controle ambiental por registro, julgue os próximos itens.**

**70 Para o enquadramento na situação “encerrado”, quando houver declaração de término das atividades, exige-se ato final de auditoria do IBAMA.**

## Comentários:

---

Segundo a Instrução Normativa nº 12, de 20 de agosto de 2021 do Ibama, a inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental enquadra-se na situação de Encerrado quando a pessoa

inscrita declarar a data de término de todas as atividades vinculadas à inscrição ou em razão de auditoria feita pelo Ibama, mediante documentação comprobatória do efetivo encerramento das atividades (art. 26).

Ou seja, é uma coisa ou outra, não quer dizer que a declaração de término das atividades exige auditoria.

**Gabarito: errado.**

**71 Havendo necessidade de atendimento a convenções e acordos internacionais internalizados no Brasil e às normas de instituições de gestão e controle ambientais, o IBAMA deverá promover a criação, alteração e exclusão de categorias, descrições e ocupações profissionais constantes do cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental.**

## Comentários:

É o que prevê o art. 5º da IN nº 12, de 20 de agosto de 2021 do Ibama:

Art. 5º Compete ao Ibama, por intermédio de seu Presidente:

I - aprovar e aditar os Acordos de Cooperação Técnica referentes ao Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, com órgãos e entidades da Administração Pública, federal, distrital e estadual;

II - propor, junto ao Ministério do Meio Ambiente, a criação de mecanismos, fóruns, câmaras técnicas e instâncias de harmonização técnico normativa do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, na implementação do art. 3º; e

III - aprovar a criação, alteração e exclusão de categorias, descrições e ocupações profissionais relativas às atividades e instrumentos de defesa ambiental no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, observando-se padrões e critérios tecnicamente definidos, visando:

a) ao cumprimento de convenções e acordos internacionais recepcionados no ordenamento jurídico brasileiro; e

b) ao cumprimento de normas das instituições de gestão e controle ambientais.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**72 A modificação na inscrição do cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental, por alteração da situação cadastral da pessoa inscrita, desde que acompanhada de procuração com poderes específicos nesse sentido, é ato exclusivo do particular interessado no sistema eletrônico disponibilizado pelo IBAMA.**

## Comentários:

---

Não se trata de ato exclusivo do particular, podendo o Ibama fazê-lo também. A IN nº 13, de 23 de agosto de 2021, do Ibama assinala:

Art. 59. Na hipótese de modificação ou de revogação de atividades do Anexo I, as inscrições de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais serão atualizadas:

I - pelo usuário externo, conforme especificação de edital da Diretoria de Qualidade Ambiental;

**II - pelo Ibama, quando couber.**

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado**

Por definição, área contaminada é área, local ou terreno onde haja comprovadamente poluição ou contaminação causada por quaisquer substâncias ou resíduos que nela tenham sido depositados, acumulados, armazenados, enterrados ou infiltrados de forma planejada, acidental ou até mesmo natural. Acerca desse assunto, julgue os itens que se seguem.

73 Os métodos diretos de investigação de áreas contaminadas compreendem a realização de sondagens, amostragens e testes para coleta das informações de interesse, como é o caso, por exemplo, dos métodos geofísicos de investigação, tais quais a eletrorresistividade, o eletromagnético, a sísmica e o radar de penetração do solo.

## Comentários:

---

O gabarito da questão indicou a assertiva como correta. Apesar disso, veja, a seguir, os conceitos de ‘métodos diretos de investigação’, de ‘métodos indiretos de investigação’ e de ‘métodos geofísicos’ apresentados no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas da CETESB:

“Métodos diretos de investigação: Métodos de investigação em que a aquisição de informações sobre o meio ou extensão da contaminação é realizada através da coleta e análise de amostras de solo e águas subterrâneas, utilizando-se diferentes técnicas de perfuração.”

“Métodos indiretos de investigação: Métodos de investigação em que são realizadas medidas de certas propriedades do meio que possam indicar as características da área, sem a realização de coleta de amostras para análise, por exemplo os métodos geofísicos.”

“Métodos geofísicos: São técnicas indiretas de investigação das estruturas de subsuperfície através da aquisição e interpretação de dados instrumentais, caracterizando-se, portanto, como métodos não invasivos ou não destrutivos.”

O manual menciona ainda que:

“Os métodos indiretos são utilizados para medir parâmetros, que estão relacionados com as informações de interesse, enquanto os métodos diretos implicam na realização de sondagens, amostragens e testes para coletar as informações de interesse. Como exemplo de métodos indiretos, podem ser citados os métodos geofísicos de investigação, como a eletrorresistividade, eletromagnéticos, sísmica e radar de penetração do solo (USEPA, 1993b).”

Perceba que os métodos geofísicos são considerados métodos indiretos de investigação, não diretos. Por isso, a assertiva está incorreta. No entanto, o gabarito definitivo da banca considerou a questão como certa.

**Gabarito do professor: errado.**

**Gabarito da banca: certo.**

**74 A comercialização e o uso de remediadores, como os bioestimuladores e os fitorremediadores, dependem do seu prévio registro junto ao IBAMA.**

## Comentários:

---

A comercialização e o uso de remediadores dependem de seu prévio registro junto ao IBAMA. No entanto, quando se trata de bioestimuladores e fitorremediadores, essa obrigação não se aplica. Por isso, a assertiva está incorreta.

Veja o que estabelece a Instrução Normativa 11, de 17 de outubro de 2022:

Art. 3º A comercialização e o uso do produto remediador dependem de seu registro prévio junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 8º Não se aplicam as obrigações previstas no caput dos art. 3º, 5º e 6º aos bioestimuladores, aos fitorremediadores e aos agentes de processos físicos.

**Gabarito: errado.**

**75 A utilização de microrganismos autóctones sem qualquer interferência de tecnologias ativas de remediação, a adição de agentes estimulantes como nutrientes, oxigênio e biossurfactantes e a inoculação de consórcios microbianos enriquecidos são estratégias de biorremediação para a mineralização do poluente.**

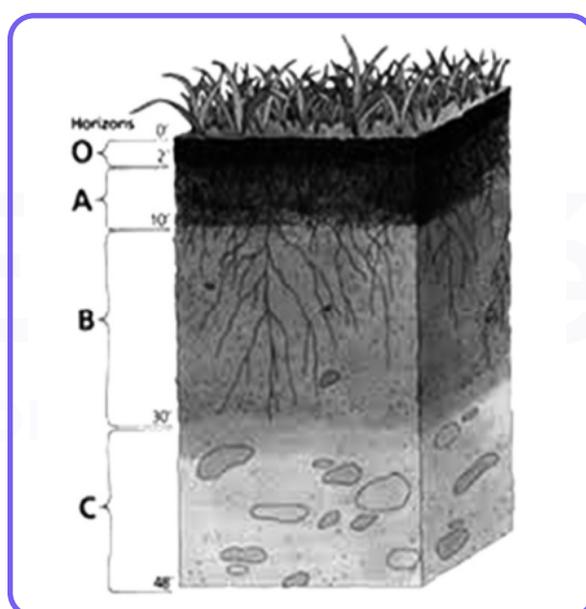
## Comentários:

---

A biorremediação baseia-se na degradação bioquímica dos contaminantes por meio da atividade de microrganismos presentes ou adicionados no local de contaminação. Por meio da biorremediação, os locais contaminados são tratados mediante o uso de agentes biológicos capazes de modificar ou decompor poluentes alvos. O processo de biorremediação pode ser aeróbico ou anaeróbico, requerendo oxigênio ou hidrogênio, respectivamente. Na maioria dos locais, a subsuperfície é carente dessas espécies (oxigênio ou hidrogênio), o que impede os microrganismos de se reproduzirem e degradarem completamente o contaminante alvo.

A biorremediação envolve a utilização de microrganismos, de ocorrência natural (nativos ou autóctones) ou cultivados, para degradar ou imobilizar contaminantes em águas subterrâneas e em solos. Nesse caso, geralmente, os microrganismos utilizados são bactérias, fungos filamentosos e leveduras. As estratégias de biorremediação incluem: a utilização de microrganismos autóctones, ou seja, do próprio local, sem qualquer interferência de tecnologias ativas de remediação (biorremediação intrínseca ou natural); a adição de agentes estimulantes como nutrientes, oxigênio e biosurfactantes (bioestimulação); e a inoculação de consórcios microbianos enriquecidos (bioaumento). Com a aplicação desses processos, ocorre a mineralização do poluente, isto é, a transformação em gás carbônico, água e biomassa.

**Gabarito: certo.**



Internet: <<http://cm-kls-content.s3.amazonaws.com>> (com adaptações).

**A respeito do perfil do solo representado na imagem anterior, julgue os itens a seguir.**

**76 O perfil desse solo é constituído por matérias orgânicas e inorgânicas.**

## Comentários:

De modo geral, todos os solos são constituídos por materiais de natureza orgânica e inorgânica. Os materiais orgânicos incluem os minerais primários, derivados do material de origem, e os minerais secundários, originados a partir da transformação dos minerais primários e da síntese de novos minerais mais estáveis. Já os materiais

orgânicos incluem as raízes, os organismos do solo, restos vegetais e animais parcialmente decompostos e material orgânico humificado. Os horizontes A, B e C têm composição predominantemente mineral, enquanto o horizonte O é essencialmente orgânico.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**77 O horizonte C do perfil em questão apresenta fragmentos de rocha, resultado da decomposição ou desagregação de rocha sã pelos agentes do intemperismo.**

## Comentários:

---

Em um solo típico, a zona imediatamente superior à rocha-fonte consolidada corresponde ao horizonte C, que constitui a rocha-fonte parcialmente intemperizada.

Sendo assim, a questão está correta.

**Gabarito: certo.**

**78 A forma tridimensional do perfil desse solo é chamada de geossolo, que é formado pelos horizontes de solo O e A, expostos à atuação de seres vivos.**

## Comentários:

---

Geossolo é um termo que simplesmente não existe. A forma tridimensional do perfil de solo é chamada de pédon, que representaria o menor volume hipotético capaz de representar as características de determinado solo. Para entidades biológicas, como plantas e animais, os indivíduos são seres evidentemente discretos, não há grande dificuldade em separar esta planta daquela ou um animal de outro indivíduo. Para solos, isso é muito mais complicado, devido a sua variação contínua no espaço. Por esse motivo, foi criado esse conceito teórico de pédon, que seria o equivalente ao indivíduo solo.

**Gabarito: errado.**

Latossolo é uma classificação que reúne solos caracterizados por seu avançado estágio de intemperismo. A respeito dos latossolos e de suas propriedades físicas e químicas, julgue os itens que se seguem.

79 A heterogeneidade mineral, a diversidade de cores e a diferenciação entre os horizontes do solo pouco profundo são características da composição dos latossolos, presentes em regiões produtivas do agronegócio no centro-sul brasileiro.

## Comentários:

---

Questão toda errada. Os latossolos não possuem grande heterogeneidade mineral (na verdade, a composição mineral deles é bastante simples), possuem pouca diversidade de cores (vermelho e amarelo), pouca diferenciação entre horizontes (perfil homogêneo) e são bastante profundos.

Sendo assim, a questão está **errada**.

**Gabarito: errado.**

80 Os latossolos são solos pouco profundos, com drenagem superficial e com texturas grosseiras ou densas, pois têm muita argila e elevada fertilidade.

## Comentários:

---

Os latossolos são, na verdade, solos muito profundos, geralmente ultrapassando dois metros de profundidade. Além disso, em geral, tais solos possuem boa drenagem natural, o que significa que a água infiltra-se facilmente, evitando o acúmulo na superfície. Por fim, os latossolos são, em sua maioria, pouco férteis, em virtude do de serem altamente intemperizados e com baixa capacidade de retenção de nutrientes.

**Gabarito: errado.**

**81 Os latossolos são solos de elevado uso agrícola, pois podem ser corrigidos com a adição de insumos minerais e têm propriedades físicas favoráveis, como boa a moderada permeabilidade, friabilidade e moderada retenção de água.**

## Comentários:

---

Embora os latossolos possuam, em geral, baixa fertilidade, são mesmo muito utilizados para a prática agrícola (geralmente, com uso de calagem e adubação). Questão correta.

**Gabarito: certo.**

**O Brasil, com seu imenso território, apresenta diversos tipos de solo, que se diferenciam conforme a tonalidade, a composição e a granulação. A partir da Classificação Brasileira de Solos, julgue os itens subsequentes.**

**82 Os latossolos apresentam um expressivo processo de latolização, o que resulta em intemperização intensa dos minerais primários e secundários menos resistentes.**

## Comentários:

---

De fato, os latossolos são solos altamente desenvolvidos, com atuação expressiva de processo de latolização (remoção de sílica e bases do perfil do solo), resultando em intemperização intensa dos constituintes minerais e concentração relativa de argilominerais resistentes e/ou óxidos de ferro e alumínio, com inexpressiva mobilização ou migração de argila. Sendo assim, a questão está correta.

**Gabarito: certo.**

**83 A classe dos plintossolos caracteriza-se pela segregação localizada de ferro como agente de cimentação e pela acidez elevada em sua composição.**

## Comentários:

---

A classe dos plintossolos engloba solos com expressiva plintitização, isto é, segregação e concentração localizada de ferro, atuante como agente de cimentação, com capacidade de consolidação acentuada. Possuem drenagem imperfeita e cores predominantemente cinzentas, vermelhas e amareladas.

São pobres em carbono orgânico e ricos em ferro, ou ferro e alumínio, com quartzo e outros materiais. Frequentemente são ácidos e com baixa reserva de nutrientes.

Sendo assim, a questão está correta.

**Gabarito: certo.**

**84 Os cambissolos caracterizam-se por grande fertilidade natural e grande profundidade, sendo intenso seu uso agrícola, pois ocorrem em áreas onde o relevo apresenta baixa declividade e pouca ocorrência de fragmentos de rocha na massa do solo.**

## Comentários:

---

Os cambissolos compreendem solos com desenvolvimento incipiente, caracterizados pela pouca diferenciação dos horizontes nas características morfológicas, principalmente pela cor e estrutura. Em geral, a pouca espessura do solo, a quantidade de pedregulhos e a baixa saturação por bases acabam restringindo a prática de agricultura nesses solos.

Sendo assim, a questão está errada.

**Gabarito: errado.**

**85 Os gleissolos são formados em ambientes úmidos, como várzeas, manguezais e planícies de inundação, e apresentam coloração viva, textura granulada de média a alta densidade e forte presença de hidróxidos de ferro.**

## Comentários:

---

Os gleissolos de fato são formados em ambientes com acúmulo de água, como várzeas e planícies de inundação. Nesses locais, devido às condições redutoras induzidas pela menor aeração e oxigenação do solo, os óxidos e hidróxidos de ferro são reduzidos e solubilizados. Assim, o solo perde sua coloração viva, dada pela ação pigmentante dos óxidos e hidróxidos de ferro, e assume cores neutras e acinzentadas, processo esse denominado gleização.

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**Julgue os próximos itens, relativos à fitossanidade.**

**86 Os principais modelos de pontas de pulverização para bicos hidráulicos são as pontas de jato plano e as pontas de jato cônico, sendo estas últimas as mais indicadas para a aplicação de herbicidas.**

## Comentários:

---

As pontas de jato plano ou leque trabalham com pressões mais baixas, aplicam gotas de maior tamanho e promovem uma boa cobertura da superfície de alvos planos, como plantas daninhas no início do desenvolvimento e a superfície do solo, para aplicação de herbicidas de pré-emergência, sendo, por isso, ideais para aplicação de herbicidas. Já as pontas de jato cônico trabalham com pressões mais elevadas e produzem gotas de maior tamanho, com maior risco de perdas por deriva, mas com maior capacidade de penetração no interior da copa das plantas.

**Gabarito: errado.**

**87 Microrganismos endofíticos podem atuar como agentes de biocontrole de fitopatógenos, pela competição por espaço e nutrientes na planta hospedeira, produção de compostos antimicrobianos e indução de resistência sistêmica.**

## Comentários:

---

Os microrganismos endofíticos vivem no interior dos tecidos vegetais, tanto na parte aérea (a filosfera) quanto no sistema radicular (a rizosfera). Diversos microrganismos endofíticos estabelecem relações mutualísticas com as plantas hospedeiras, promovendo benefícios tanto diretos quanto indiretos, por mecanismos como pela fixação de nitrogênio atmosférico, produção de fitormônios e reguladores de crescimento, disponibilização e solubilização de nutrientes e controle biológico de patógenos de plantas.

**Gabarito: certo.**

**88 A pulverização de inseticida por ocasião da desfolha e destruição dos restos culturais é prática não recomendada para o controle do bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*), pois, além de aumentar os custos de produção, não apresenta efetividade para a redução populacional desse inseto.**

## Comentários:

---

Ao final do ciclo do algodoeiro, quando se realizam práticas como a desfolha antes da colheita e a destruição dos restos culturais (exigida pela legislação) antes do período de vazio sanitário, os insetos migram das lavouras para áreas de refúgio, onde permanecerão em hospedeiros alternativos ou com atividade metabólica reduzida (quiescência). São justamente esses indivíduos que iniciarão o próximo ciclo de infestação na safra seguinte. Por isso, o controle químico ao final do ciclo do algodoeiro é uma prática eficaz para manejo do bicudo, afetando insetos já fragilizados pela menor disponibilidade de alimento e impedindo sua migração para áreas de refúgio.

**Gabarito: errado.**

Considere que resíduos de agrotóxicos tenham sido encontrados em amostras de abelhas (*Apis mellifera*) em uma região de plantação de frutas cítricas. Assumindo que a mortalidade das abelhas (20 abelhas/dia) antes do período de floração ocorreu apenas em decorrência de causas naturais, julgue os itens a seguir.

89 DL50 é a dose de uma substância administrada por via oral, por contato ou por via inalatória, que é letal para 50% dos organismos submetidos à experimentação.

## Comentários:

---

DL50 (dose letal 50) é uma medida utilizada em toxicologia que representa a dose de uma substância que resulta na morte de 50% dos organismos expostos a essa substância em um experimento. Essa medida é amplamente utilizada para avaliar a toxicidade de produtos químicos e determinar a segurança de substâncias em diferentes contextos, como farmacologia, ecotoxicologia e segurança ambiental.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

90 A utilização de clorpirifós próxima a colônias de abelhas afeta a qualidade do mel produzido, mas não a taxa de produção em si.

## Comentários:

---

A utilização de clorpirifós, um pesticida amplamente utilizado, pode afetar tanto a qualidade do mel produzido quanto a taxa de produção de mel pelas colônias de abelhas. O clorpirifós é conhecido por ser tóxico para abelhas, e sua aplicação pode resultar em mortalidade de abelhas ou em comprometimento de sua saúde, impactando a capacidade das colônias de coletar néctar e pólen, o que, por sua vez, afeta a produção de mel.

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

91 Se, em uma plantação de laranja, tiver sido utilizado o organofosforado clorpirifos, (DL50 = 0,24 ng/g em abelhas) e, na cera de abelha, tiverem sido encontrados 167 ng/g de clorpirifos, então, é correto afirmar que o quociente de risco (QR) é inferior a 700.

## Comentários:

---

O quociente de risco (QR) representa a relação entre a Concentração Ambiental Estimada e o parâmetro de toxicidade (dose letal  $DL_{50}$ , por exemplo) de determinado agrotóxico, ou seja,  $QR = CAE/DL_{50}$ . Assim, o valor do QR nesse caso seria  $167/0,24 = 696$ , inferior a 700.

**Gabarito: certo.**

A Instrução Normativa do IBAMA n.º 2, de 9 de fevereiro de 2017, estabelece diretrizes, requisitos e procedimentos para a avaliação de riscos de ingrediente(s) ativo(s) de agrotóxico(s) para insetos polinizadores, utilizando abelhas como organismo indicador. Acerca desse normativo, julgue os itens que se seguem.

92 A avaliação de risco para abelhas deverá ser realizada em uma única fase, independentemente do ingrediente ativo.

## Comentários:

---

A avaliação de risco ambiental de agrotóxicos para abelhas é dividida em fases, partindo da fase mais simples e conservadora para fases mais complexas e realistas conforme a necessidade, de acordo a Instrução Normativa do IBAMA nº2, de 9 de fevereiro de 2017. Na Fase 1, de *screening*, são calculados valores de Quociente de Risco para a exposição de adultos ou ninhos. Caso o risco não seja aceitável e as medidas de mitigação propostas não sejam suficientes para manter o QR abaixo dos níveis de gatilho, deve-se passar à Fase 2, de resíduos em campo. Essa fase permite refinar a exposição das abelhas, por exemplo, a partir da determinação dos teores de resíduos em pólen e néctar. Caso haja necessidade de avançar na avaliação, passa-se à Fase 3, de efeitos em campo, em que serão refinados os efeitos a partir de estudo com colônias no nível de exposição encontrado ou realístico. Finalmente, caso ainda haja necessidade de avançar na avaliação, chega-se à Fase 4, de monitoramento, que envolve estudos de campo para elucidar incertezas.

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**93 O estudo de resíduo deverá ser realizado no Brasil, devendo-se utilizar preferencialmente a(s) cultura(s) abrangida(s) na indicação de uso do produto.**

## Comentários:

---

A IN IBAMA nº 2/2017 estabelece as condições que deverão ser observadas para refinamento da avaliação de risco com estudos de resíduos em meios materiais de interesse.

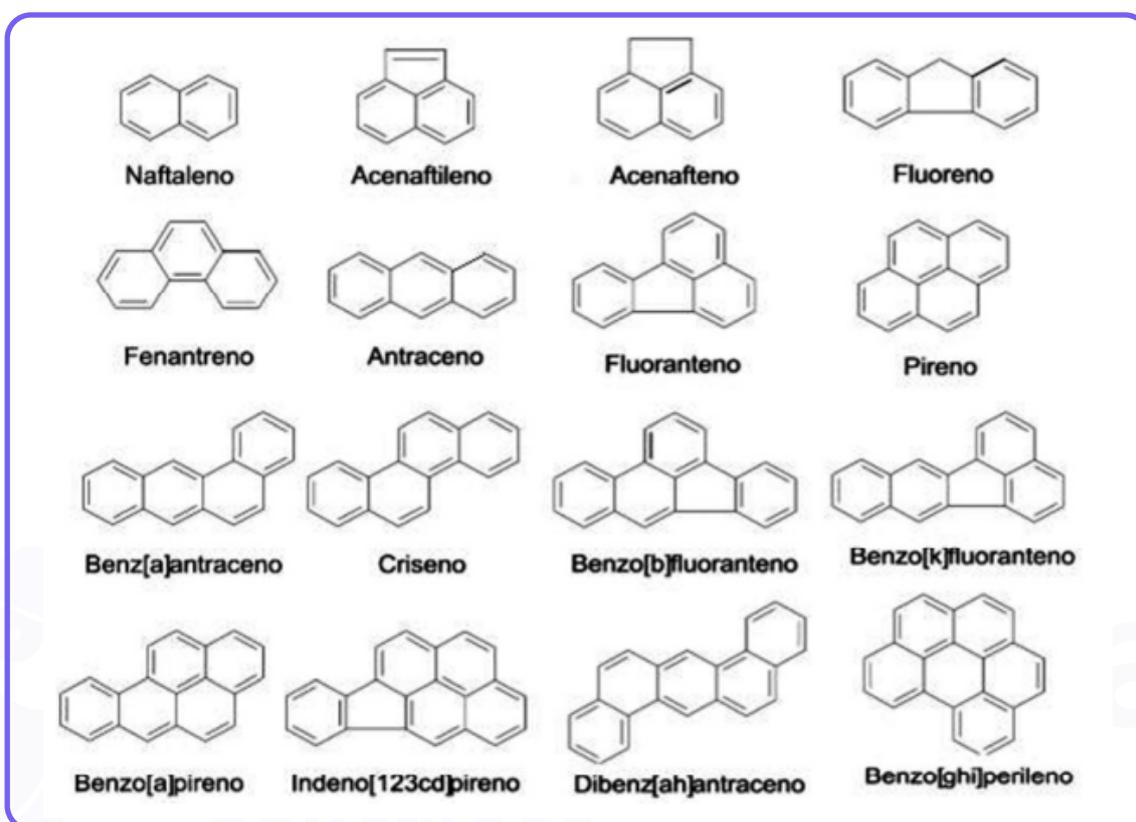
Art. 7º Quando se fizer necessária a geração de estudo(s) de resíduo em matriz(es) relevante(s) para abelhas para o refinamento da avaliação de risco, será observado o seguinte:

I - o estudo de resíduo deverá ser realizado no Brasil e preferencialmente com a(s) cultura(s) abrangida(s) na indicação de uso do produto;

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

A seguir, são apresentadas as estruturas químicas de alguns hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs), contaminantes originados da combustão incompleta de matéria orgânica.



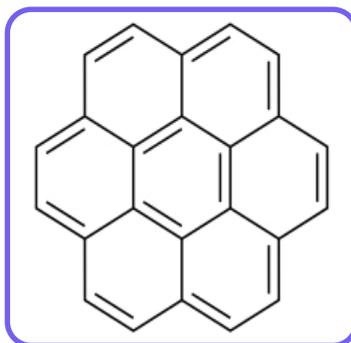
R. O. Meire, A. Azeredo e J. P. M. Torres. Aspectos ecotoxicológicos de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, *O ecol. Bras.*, 11(2), 188-201, 2007

Acerca dos HPAs, julgue os itens que se seguem.

94 Os HPAs são compostos orgânicos formados por dois ou até seis anéis benzênicos.

## Comentários:

Trata-se de uma questão problemática, pois, embora HPAs sejam formados pela união de anéis benzênicos, sua definição não limita a 6 o número máximo de carbonos. É bem verdade que, em geral, eles terão entre dois e seis anéis, mas existem exemplos fora disso, como o coroneno, cuja estrutura, ilustrada a seguir, é formada por sete anéis. Portanto, o item estaria totalmente correto se trouxesse complementação mencionando que são “em geral” formados por dois até seis anéis benzênicos. Vale lembrar que, mesmo que o candidato não tivesse conhecimento acerca dos HPAs, as informações fornecidas no texto da prova auxiliavam na compreensão de suas estruturas.



**Gabarito: certo**

**95 No ambiente, os HPAs são transportados pelos rios e lagos.**

## Comentários:

Mais um item problemático da prova, passível de anulação, pois, embora não esteja entre os principais veículos, lagos e rios podem, sim, transportar HPAs. Eu entendo que a banca esperava do candidato uma análise mais das características físico-químicas dos compostos orgânicos, já que hidrocarbonetos são insolúveis em água. No entanto, não podemos descartar a literatura relacionada à química ambiental, tópico que listava no conteúdo desta prova.

Essa literatura traz que o principal meio de transporte é o ar, já que os HPAs são produzidos principalmente pela queima incompleta de matéria orgânica, como carvão, petróleo e madeira. Também trazem que podem ser transportados por grandes distâncias antes de se depositarem em solos e corpos d'água.

Recortei, a seguir, trecho de um documento técnico da CETESB (2024) que menciona explicitamente a possibilidade de contaminação dos corpos hídricos por HPA:

Os HPAs liberados na atmosfera podem ser transportados a curta e longa distâncias e são removidos por deposição úmida ou seca no solo, na água e na vegetação. Na água superficial, os HPAs podem sofrer volatilização, fotólise e biodegradação e também ligar-se ao sedimento e partículas suspensas ou acumular-se em organismos aquáticos.

**Fonte:** <https://cetesb.sp.gov.br/veicular/wp-content/uploads/sites/24/2021/05/HPAs-Hidrocarbonetos-Policiclicos-Aroma%81ticos.pdf>, acesso em out. 2024.

**Gabarito: errado.**

**96 Os incêndios florestais e a queima de combustíveis fósseis são as principais fontes dos HPAs.**

## Comentários:

---

Os incêndios florestais e a queima de combustíveis fósseis são, de fato, as principais fontes de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs) no ambiente. Esses compostos se formam durante a combustão incompleta de matéria orgânica, que ocorre tanto em incêndios florestais quanto na queima de carvão, petróleo, gasolina, diesel e outros combustíveis fósseis. Essas atividades liberam grandes quantidades de HPAs na atmosfera, que podem, então, ser transportados para o solo e corpos d'água por meio de deposição atmosférica.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**97 HPAs causam a morte da fauna aquática, sendo isso o único motivo relevante para o seu monitoramento.**

## Comentários:

---

Embora os hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs) possam causar sérios danos à fauna aquática, incluindo mortalidade em organismos expostos a altas concentrações, esse não é o único motivo relevante para seu monitoramento. Essas substâncias são tóxicas e persistentes, capazes de se acumular no ambiente e na cadeia alimentar, o que representa riscos tanto para a fauna quanto para a saúde humana. Além dos efeitos diretos nos organismos aquáticos, os HPAs têm propriedades mutagênicas e cancerígenas, tornando-se uma preocupação de saúde pública, especialmente porque podem contaminar peixes e outros organismos consumidos por humanos, levando à bioacumulação e biomagnificação. Dessa forma, o monitoramento dos HPAs é essencial não apenas para proteger a fauna aquática, mas também para preservar a saúde dos ecossistemas e prevenir riscos à saúde humana.

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**98 Os HPAs são liberados pelos escapamentos dos veículos automotores em funcionamento.**

## Comentários:

---

Durante a queima incompleta de combustíveis fósseis, como gasolina e diesel, HPAs são gerados e emitidos nos gases de exaustão dos motores. Esses compostos, sendo poluentes atmosféricos, contribuem para a degradação da qualidade do ar e representam riscos para a saúde humana, devido a suas propriedades tóxicas, mutagênicas e potencialmente cancerígenas. A liberação de HPAs pelos veículos automotores é uma das fontes antropogênicas significativas desses compostos no ambiente.

**Gabarito: certo**

**Proteínas extraídas do músculo e do fígado do peixe filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), habitante dos rios da região amazônica, apresentaram 13,0 mg/g e 80,0 mg/g de mercúrio (Hg), respectivamente.**

J. de Queiroz et al. Identification of Biomarkers of Mercury Contamination in *Brachyplatystoma filamentosum* of the Madeira River, Brazil, Using Metalloproteomic Strategies. In: *Biological Trace Element Research*, n.º 187(1), 2018, p. 291-300 (com adaptações).

**Considerando esses dados e aspectos relacionados ao assunto, julgue os itens seguintes.**

**99 A limnologia é o ramo da biologia que estuda as águas interiores e suas comunidades bióticas.**

Comentários:

Certo. Limnologia é a ciência que estuda as águas continentais (como rios, lagos, riachos, represas, açudes, brejos, áreas alagadas e águas subterrâneas), sendo uma especialidade da biologia que analisa os processos físicos, químicos e biológicos que ocorrem nessas águas, bem como a relação entre os organismos e entre eles e o ambiente em que vivem.

**Gabarito: certo.**

100 Metaloproteínas podem ser usadas como biomarcadores de exposição ao mercúrio.

## Comentários:

---

Certo. Uma metaloproteína é uma proteína que contém um ou mais íons metálicos em sua estrutura. Ela tem a capacidade de se ligar a metais pesados, incluindo o mercúrio, e desempenha um papel na detoxificação desses elementos no organismo. Quando há exposição ao mercúrio, a síntese de metaloproteínas pode aumentar como uma resposta biológica ao estresse causado pela presença de metais tóxicos. Assim, os níveis dessas proteínas no organismo podem ser monitorados para indicar a exposição ao mercúrio, funcionando como biomarcadores para avaliar o impacto dessa contaminação em seres vivos, especialmente em ecossistemas aquáticos.

**Gabarito: certo.**

101 Entre os peixes, o filhote é o único que se contamina com o mercúrio.

## Comentários:

---

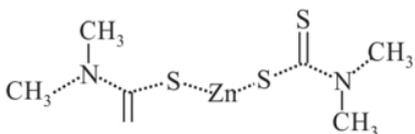
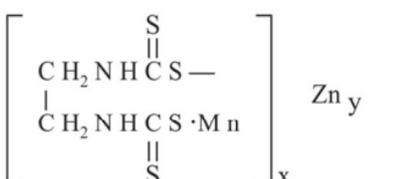
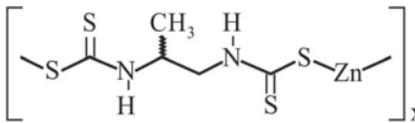
Errado. Todos os peixes podem ser expostos ao mercúrio, elemento tóxico e bioacumulativo. O mercúrio entra na cadeia alimentar aquática e acumula-se nos tecidos dos peixes à medida que eles se alimentam. Isso acontece com peixes de todas as idades e tamanhos, embora os peixes maiores e mais velhos geralmente apresentem maiores concentrações de mercúrio devido ao processo de biomagnificação, pois eles consomem outros organismos contaminados ao longo do tempo.

Para saber, **bioacumulação** é um processo em que substâncias químicas são absorvidas e acumuladas no organismo de um indivíduo. **Biomagnificação** é o processo de aumento da concentração de substâncias químicas ao longo da cadeia alimentar.

**Gabarito: errado.**

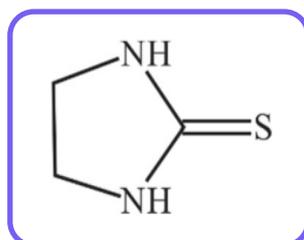
Os fungicidas da classe dos ditiocarbamatos (DCs) são de baixa toxicidade e largamente utilizados na agricultura, principalmente em culturas de hortaliças.

A próxima tabela apresenta estruturas químicas de fungicidas DCs.

| pesticida [nome comum] | fórmula estrutural   |
|------------------------|--|
| Ziran                  |    |
| Mancozeb               |    |
| Maneb                  |  |
| Propineb               |  |

O principal produto de degradação dos DCs, a etilenotiourea (ETU), tem a capacidade de induzir tumor na glândula tireoide e no fígado de camundongos. A ETU inibe a peroxidase tireoidiana, provocando uma diminuição na circulação dos níveis de hormônios tireoidianos.

A estrutura química da ETU é mostrada a seguir.



M. H. Conceição. Resíduos de pesticidas em tomates: metodologia analítica e avaliação da exposição humana. Tese de Doutorado, Instituto de Química (IQ), Universidade de Brasília (UnB), 2002 (com adaptações).

Tendo como referência as informações anteriores, julgue os próximos itens.

102 DCs são largamente encontrados em lagos e rios.

## Comentários:

---

Muito embora os DCs possam atingir lagos e rios por meio de escoamento de áreas agrícolas, a presença significativa desses compostos em corpos d'água não é garantida. A estrutura química dos ditiocarbamatos tende a ser instável em condições ambientais, levando-os a degradar-se relativamente rápido no solo e na água. Muitos DCs são sensíveis à luz solar e outros fatores ambientais, o que acelera sua decomposição e limita a persistência em ambientes aquáticos.

Portanto, o gabarito é errado.

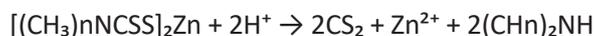
**Gabarito: errado.**

103 A decomposição em meio ácido de um mol de Ziram fornece dois mols de dissulfeto de carbono.

## Comentários:

---

Tanto pelos exemplos ilustrados quanto pelo nome ditiocarbamatos (DCs), podemos deduzir uma estrutura geral do tipo  $[(\text{CH}_3)_n\text{NCSS}]_2\text{Zn}$ , ou seja, cada mol de ziram possui 2 C e 4 S. O ziram é um ditiocarbamato de zinco, e sua estrutura contém ligações que, quando hidrolisadas em condições ácidas, podem liberar dissulfeto de carbono. Especificamente, a decomposição de um mol de Ziram libera, então, dois mols desse contaminante, como na reação genérica representada a seguir:



Essa reação é relevante no contexto ambiental, pois o  $\text{CS}_2$  é um composto tóxico e volátil, o que pode representar um risco quando os ditiocarbamatos se degradam no solo ou na água em condições ácidas.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

104 Por serem pouco tóxicos ao meio ambiente, DCs são largamente utilizados em plantações de hortaliças.

## Comentários:

Os ditiocarbamatos (DCs) são, de fato, amplamente utilizados em plantações de hortaliças, e uma das razões para isso é sua relativa baixa toxicidade, especialmente quando comparados a outros tipos de fungicidas. No entanto, poderíamos julgar a alternativa incorreta porque eles não são livres de toxicidade ambiental. Como o próprio texto traz, eles podem se degradar em compostos como a etilenotiourea (ETU), que possui propriedades mutagênicas e cancerígenas. Por isso, o uso de DCs ainda exige cuidado e monitoramento, principalmente em relação aos resíduos em alimentos e potenciais impactos ambientais acumulados. Em todo caso, julgo mais uma alternativa problemática da parte de química ambiental, pelo explicado no início do parágrafo.

**Gabarito: errado.**

Uma população é constituída por  $N = 10$  indivíduos. No momento inicial,  $k = 0$ , do desenvolvimento de certo estudo, um indivíduo dessa população é selecionado por meio de amostragem aleatória simples; ele é marcado e imediatamente devolvido à população. Em outro momento posterior,  $k = 1$ , novamente seleciona-se um indivíduo da mesma população por meio de amostragem aleatória simples. Caso esse indivíduo selecionado seja aquele que havia sido marcado inicialmente, então se encerra o processo de amostragem; se o indivíduo selecionado não for o que se encontra marcado, ele é devolvido à população e uma nova tentativa é feita em momento posterior,  $k = 2$ . Repete-se esse processo de amostragem até que seja encontrado o mesmo indivíduo que foi marcado e solto no instante inicial  $k = 0$ . Nesse estudo,  $Y$  é uma variável aleatória que representa o número de tentativas até se encontrar o indivíduo marcado no instante inicial, de modo que sua distribuição de probabilidade é dada por:

$$P(Y = k) = pq^{k-1}$$

Na qual  $p$  e  $q$  são probabilidades que permanecem constantes ao longo do experimento aleatório, tal que, para  $k = 1, 2, 3, \dots$ ,  $p + q = 1$ .

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

105 A média da variável  $Y$  é igual a 10.

## Comentários:

---

Aqui, temos uma variável aleatória  $Y$  que representa o número de tentativas até que o mesmo indivíduo selecionado inicialmente seja sorteado novamente. Como estamos interessados no número de tentativas até o primeiro sucesso (isto é, selecionar o indivíduo marcado), trata-se de uma distribuição geométrica.

Em uma distribuição geométrica, a média da variável aleatória  $Y$  é dada pela fórmula:

$$E(Y) = \frac{1}{p}$$

Em que  $p$  é a probabilidade de sucesso em cada tentativa.

Aplicando à questão: sabemos que a população tem  $N = 10$  indivíduos e estamos tentando selecionar um indivíduo específico. Assim, a probabilidade de sucesso  $p$  (ou seja, de escolher o indivíduo marcado) em qualquer tentativa é:

$$p = \frac{1}{10} = 0,1$$

Substituindo na fórmula da média:

$$E(Y) = \frac{1}{p}$$

$$E(Y) = \frac{1}{0,1} = 10$$

Portanto, a média da variável  $Y$  é de fato igual a 10. Esse resultado indica que, em média, precisaremos de 10 tentativas para selecionar novamente o mesmo indivíduo marcado. A resposta do item é correta.

**Gabarito: certo.**

106  $p = 0,9$ .

## Comentários:

---

A probabilidade de sucesso  $p$  é definida como a probabilidade de, em uma única tentativa, escolhermos o indivíduo marcado entre os  $N = 10$  indivíduos da população. Como há apenas um indivíduo marcado, essa probabilidade é:

$$p = \frac{1}{10} = 0,1$$

A questão afirma que  $p = 0,9$ , o que não é consistente com a probabilidade que calculamos para a situação descrita. Esse valor de 0,9 representaria um cenário em que a chance de sucesso fosse extremamente alta (90%), mas, como estamos trabalhando com uma população de 10 indivíduos, a chance é de apenas 10%. Assim, o item está incorreto.

**Gabarito: errado.**

107  $P(Y \leq 10) = 1 - q^{10}$ .

## Comentários:

---

Esse item pede a probabilidade de que o número de tentativas seja, no máximo, 10. Para uma variável aleatória geométrica, a probabilidade acumulada  $P(Y \leq k)$  é dada por:

$$P(Y \leq k) = 1 - q^k$$

Em que  $q = 1 - p$ , representando a probabilidade de **não selecionar** o indivíduo marcado em uma tentativa.

**Aplicando à questão:** com  $p = 0,1$ , temos  $q = 1 - 0,1 = 0,9$ . Logo, para  $k = 10$ :

$$P(Y \leq k) = 1 - q^k$$

$$P(Y \leq k) = 1 - q^{10}$$

Portanto, a expressão  $P(Y \leq k) = 1 - q^{10}$  está correta para representar a probabilidade de que, em no máximo 10 tentativas, o indivíduo marcado seja sorteado novamente. Assim, o item está correto.

**Gabarito: certo.**

Uma amostra aleatória simples de tamanho  $n = 10$  foi retirada de uma população normal com média igual a  $\mu$ , desvio padrão igual a  $\sigma$  e mediana igual a  $m$ .

| estatística            | estimativa |
|------------------------|------------|
| média amostral         | 12         |
| desvio padrão amostral | 6          |

Considerando as informações anteriores, julgue os itens que se seguem.

108 Para a estimação da média populacional por meio da média amostral, o erro padrão é igual a 6.

## Comentários:

Aqui, estamos buscando o erro padrão da média amostral, que mede o quanto a média da amostra (12) pode variar em relação à média da população. O erro padrão é calculado pela fórmula:

$$\text{Erro Padrão} = \frac{s}{\sqrt{n}}$$

Em que  $s$  é o desvio-padrão amostral (6) e  $n$  é o tamanho da amostra (10). Substituindo:

$$\text{Erro Padrão} = \frac{6}{\sqrt{10}}$$

Mesmo sem conhecer o valor exato da  $\sqrt{10}$ , sabemos que o erro padrão será diferente de 6, pois o número 6 é dividido pela raiz, resultando em um valor inferior a ele.

Isso faz com que o item esteja incorreto.

**Gabarito: errado.**

109 Na situação em tela, o valor 12 representa uma estimativa de  $m$ .

### Comentários:

---

A média amostral é 12 e, como estamos lidando com uma população normal, temos uma característica importante: a média e a mediana coincidem nessa distribuição. Isso significa que podemos usar a média amostral como uma estimativa tanto para a média populacional ( $\mu$ ) quanto para a mediana populacional ( $m$ ).

Dessa forma, o valor 12 serve, sim, como uma estimativa para  $m$ . **O item está correto.**

**Gabarito: certo.**

110 O coeficiente de variação foi igual a 2.

### Comentários:

---

O coeficiente de variação (CV) é uma medida que mostra a variabilidade dos dados em relação à média e é calculado pela fórmula:

$$CV = \frac{\text{Desvio Padrão Amostral}}{\text{Média Amostral}}$$

Aqui, o desvio-padrão amostral é 6 e a média amostral é 12. Então:

$$CV = \frac{6}{12}$$

$$CV = 0,5$$

O coeficiente de variação é 0,5 (ou 50%) e não 2. Logo, **o item está errado.**

**Gabarito: errado.**

A economia ambiental é um campo de pesquisa e atuação que envolve a economia e as ciências ambientais. Acerca desse campo, julgue os itens a seguir.

111 Os fundamentos teóricos da economia ambiental encontram-se na economia clássica, que considera o mercado um sistema equilibrado de produção e consumo.

## Comentários:

---

Os fundamentos teóricos da economia ambiental encontram-se na economia neoclássica, não na economia clássica.

**Gabarito: errado.**

112 O início dos estudos e das aplicações da economia ambiental data dos séculos XVIII e XIX, a partir da mudança tecnológica que permitiu o uso intensivo dos recursos naturais para a acumulação de capital.

## Comentários:

---

O erro está em dizer que o início dos estudos e das aplicações da economia ambiental data dos séculos XVIII e XIX; o correto seria século XX.

**Gabarito: errado.**

**A respeito da política ambiental e seus benefícios, julgue os seguintes itens.**

**113 As pesquisas que envolvem as questões ambientais têm implicado o desenvolvimento da ciência em diversas áreas, mostrando a necessidade de revisão de conceitos e a preocupação com o meio ambiente como forma de manter a qualidade de vida e a permanência da espécie humana no planeta Terra.**

## Comentários:

---

As pesquisas que abordam questões ambientais realmente têm impulsionado o desenvolvimento da ciência em diversas áreas, como ecologia, biologia, química, engenharia ambiental e ciências sociais. Essas pesquisas evidenciam a necessidade de revisar conceitos tradicionais sobre desenvolvimento, produção e consumo, levando a uma compreensão mais integrada e sustentável das interações entre a sociedade e o meio ambiente. A preocupação com o meio ambiente tornou-se essencial para manter a qualidade de vida e garantir a permanência da espécie humana no planeta. Isso se reflete em iniciativas como o desenvolvimento sustentável, que busca equilibrar as necessidades econômicas, sociais e ambientais, além da implementação de políticas públicas e práticas que promovam a conservação dos recursos naturais e a mitigação dos impactos ambientais. Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**114 A necessidade de substituição do modelo econômico vigente por uma economia verde tem sido um consenso entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.**

## Comentários:

---

Consenso pressupõe que todos os países concordam com isso, o que seria um exagero. De fato, cada vez mais, ressalta-se a importância da substituição do modelo econômico vigente por uma economia verde, mas há desafios e diferenças nas abordagens entre os países, até porque é muito difícil para países desenvolvidos realizarem esse tipo de transição sem ter crescido econômica e socialmente antes.

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**115 A pauta ambiental tem marcado a discussão política em diversos países e regiões do mundo, envolvendo organizações políticas, sindicatos, empresas e populações.**

## Comentários:

---

A pauta ambiental tem, de fato, tornado-se um tema central nas discussões políticas em diversos países e regiões do mundo. Essa relevância se manifesta em diferentes esferas, envolvendo não apenas organizações políticas e governos, mas também sindicatos, empresas, organizações não governamentais (ONGs) e populações locais. Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**A economia, em seus diferentes recortes territoriais, utiliza os recursos naturais como matéria-prima em suas cadeias produtivas. A respeito da avaliação do uso de recursos naturais, julgue os próximos itens.**

**116 Recursos naturais como água, minerais e madeira, após uma primeira utilização, podem ser reutilizados.**

## Comentários:

---

Os recursos naturais como água, minerais e madeira podem, de fato, ser reutilizados após uma primeira utilização. Essa reutilização é uma parte fundamental da gestão sustentável dos recursos naturais e está alinhada com os princípios da economia circular, que visa minimizar o desperdício e maximizar o uso dos recursos disponíveis. Essa reutilização de recursos naturais contribui para a conservação ambiental, reduzindo a pressão sobre os ecossistemas e promovendo a sustentabilidade.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**117 Ao utilizarem certificados e recursos de *marketing* para construir uma imagem associada à preservação do meio ambiente e de seus recursos, as empresas garantem a conquista de parcelas do mercado consumidor que adotam hábitos de consumo sustentáveis.**

## Comentários:

---

Os consumidores estão cada vez mais conscientes dos impactos ambientais de suas escolhas, portanto tendem a favorecer empresas que demonstram responsabilidade ambiental. Logo, ao utilizarem certificados e recursos de *marketing* para construir uma imagem associada à preservação do meio ambiente, as empresas realmente podem conquistar parcelas do mercado consumidor que adotam hábitos de consumo sustentáveis. Essa estratégia é conhecida como *green marketing* ou *marketing verde*, em que as empresas promovem seus produtos e práticas que são ecologicamente corretas ou sustentáveis.

Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**A valoração ambiental é uma tentativa de estimar o valor monetário do recurso ambiental em relação aos outros bens e serviços disponíveis na economia tradicional. A respeito dessa área da economia ambiental, julgue os itens a seguir.**

**118 A valoração ambiental consiste em avaliar e colocar preço nos recursos naturais, para garantir resultados positivos às empresas, ao Estado e à população, resguardando-se, com isso, o ciclo produtivo do capitalismo verde.**

## Comentários:

---

De fato, a valoração ambiental pode avaliar e atribuir um preço aos recursos naturais e aos serviços ecossistêmicos que eles proporcionam. Contudo, a questão peca ao afirmar que a valoração tem o intuito de resguardar o ciclo produtivo do capitalismo verde, pois isso dá a entender que se trataria de algo apenas superficial, de pouco impacto no modelo de economia vigente, o que pode não ser verdade.

Para mim, a questão é mal feita, pois é carregada de subjetividade, o que não deveria existir em uma prova objetiva. Mas o examinador também considerou como errada.

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**119 Ao contrário do paradigma de que os recursos naturais, como a água e o ar, são infinitos e gratuitos, a economia ambiental mostra que esses recursos são finitos e têm custos financeiros, sociais e ambientais.**

## Comentários:

---

É isso mesmo! Cuidado, pois a economia ambiental também se preocupa com o meio ambiente e admite que os recursos naturais são limitados. Ela apenas considera que outros fatores podem superar essa limitação. Portanto, o gabarito é certo.

**Gabarito: certo.**

**120 O valor econômico de um recurso ambiental é o resultado da soma dos valores de uso, produção, descarte e reciclagem dos produtos com certificação ambiental.**

## Comentários:

---

O valor econômico total (ou valor econômico de um recurso ambiental – VERA) é dado pela soma dos valores de uso direto (VUD), de uso indireto (VUI), de opção (VO) e de existência (VE), não pelos valores de produção, descarte e reciclagem.

Portanto, o gabarito é errado.

**Gabarito: errado.**

**O que você achou deste e-book?**

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

**Não é assinante?**

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

**Conheça nosso sistema de questões!**

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



# Estratégia

## Concursos

